



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

RAILMA VALÉRIA DANTAS PEREIRA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE RELACIONAMENTOS “TÓXICOS” ENTRE
JOVENS**

**PETROLINA - PE
2025**

RAILMA VALÉRIA DANTAS PEREIRA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE RELACIONAMENTOS “TÓXICOS” ENTRE
JOVENS**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da UNIVASF
como requisito necessário para obtenção do
título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Henrique P.
Espíndula

PETROLINA - PE

2025

P436r Pereira, Railma Valéria Dantas
Representaçõe sociais de relacionamentos 'tóxicos' entre jovens /
Railma Valéria Dantas Pereira. - Petrolina-PE, 2025.
x, 82 f.: il.;29 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em Psicologia) -
Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina-PE,
2025.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Henrique P. Espíndula.

Inclui referências.

1. Relacionamento tóxico. 2. Jovens. 3. Representações Sociais. I.
Título. II. Espíndula, Daniel Henrique P.. III. Universidade Federal do Vale
do São Francisco.

CDD

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

RAILMA VALÉRIA DANTAS PEREIRA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE RELACIONAMENTOS “TÓXICOS”
ENTRE JOVENS

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da UNIVASF
como requisito necessário para obtenção do
título de Mestre em Psicologia.

Orientação: Prof. Dr. Daniel Henrique P.
Espíndula

Aprovada em: 26 de fevereiro de 2025.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 DANIEL HENRIQUE PEREIRA ESPÍNDULA
Data: 26/03/2025 15:31:39-0300
Verifique em <https://validar.itil.gov.br>

Prof. Dr. Daniel Henrique Pereira Espíndula (Orientador - PPGPSI)

Documento assinado digitalmente
 SABRINE MANTUAN DOS SANTOS COUTINHO
Data: 26/03/2025 15:48:49-0300
Verifique em <https://validar.itil.gov.br>

Profª. Drª. Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho (PPGPSI/UFES)

Documento assinado digitalmente
 LUCIVANDA CAVALCANTE BORGES DE SOUSA
Data: 26/03/2025 15:26:51-0300
Verifique em <https://validar.itil.gov.br>

Profª. Drª. Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (PPGPSI/UNIVASF)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a *Deus*, pois realizar esse mestrado na instituição a qual eu me graduei é um sonho antigo realizado no momento certo.

Agradeço ao meu esposo, *José Lucas*, pela parceria, apoio, por seu amor e por sempre acreditar em mim. Mesmo com as longas viagens de ida e volta semanais de Jacobina para Petrolina, nos mantivemos firmes em nossos propósitos.

Agradeço à minha família. Minha mãe *Rita*, meu pai *Raimundo*, minhas irmãs *Raquel* e *Rosany*, que me apoiaram e continuam apoiando meus sonhos, mesmo à distância. Amo vocês!

Agradeço ao meu orientador, *Daniel Espíndula*, por ter aceitado me orientar no meio do meu percurso do mestrado. Sua orientação e exercício docente me inspira muito desde a graduação, e hoje, para mim, é um prazer ter feito todo esse processo sob seus olhos, com leveza e tranquilidade.

RESUMO

A violência nos relacionamentos afetivo-sexuais entre jovens pode se manifestar de diferentes modos. No caso dos chamados “relacionamentos tóxicos”, evidencia-se o uso de violência psicológica, emocional e financeira em relações afetivas, incluindo ciúmes excessivos, manipulação, atitudes que afetam negativamente a autoestima ou independência do parceiro, bem como violência sexual e física. Neste sentido, a presente pesquisa se dispõe a investigar as representações sociais sobre relacionamentos tóxicos entre jovens e as práticas de violências presentes nas relações afetivo-sexuais na juventude contemporânea. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quali-quantitativa, realizado com 100 jovens universitários, com idades entre 18 e 25 anos. Para a coleta dos dados, foi disponibilizado aos participantes um questionário dividido em três blocos: a) dados sociodemográficos, com nove questões; b) Teste de Evocação de Palavras (TEP), com quatro questões; e c) questionário semiestruturado, com 10 questões. Os resultados encontrados evidenciaram que jovens universitários podem ter diferentes representações sobre o que é um relacionamento tóxico, mas que em geral, essas representações também podem estar associadas à cultura contemporânea e aos papéis de gênero atuais. Concluiu-se que os jovens que participaram da pesquisa têm representações sobre como a vivência em relacionamentos tóxicos pode ter implicações para a saúde mental, para a autoestima, e, consequentemente, para o desempenho acadêmico. Ao mesmo tempo em que se percebeu que as respostas indicavam a importância da rede de apoio profissional e familiar para lidar com esse tipo de relacionamento, ainda se associa à ideia de que é responsabilidade individual terminar o relacionamento.

Palavras-chave: Relacionamento tóxico. Jovens. Universitários. Representações Sociais.

ABSTRACT

The violence in affective-sexual relationships among young people can manifest in various ways. In the case of so-called "toxic relationships," the use of psychological, emotional, and financial violence in romantic relationships becomes evident, including excessive jealousy, manipulation, behaviors that negatively impact a partner's self-esteem or independence, as well as sexual and physical violence. In this context, the present research aims to investigate the social representations of toxic relationships among young people and the violent practices present in affective-sexual relationships in contemporary youth. This is a descriptive study with a mixed qualitative-quantitative approach, conducted with 100 university students aged between 18 and 25 years. For data collection, a questionnaire divided into three sections was made available to participants: a) Sociodemographic data, with nine questions; b) Word Association Test (WAT), with four questions; and c) Semi-structured questionnaire, with ten questions. The results showed that university students may have different representations of what constitutes a toxic relationship. However, in general, these representations are also associated with contemporary culture and current gender roles. It was concluded that the participants of the study perceive toxic relationships as having potential implications for mental health, self-esteem, and, consequently, academic performance. At the same time, the responses highlighted the importance of professional and family support networks in dealing with such relationships. However, there remains an association with the idea that it is the individual's responsibility to end the relationship.

Keywords: Toxic relationship. Young people. University students. Social Representations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Síntese do conteúdo dos quatro quadrantes fornecidos pelo OpenEvoc	35
Tabela 2 –	Perfil dos entrevistados de acordo com o sexo, a idade, o gênero e a raça/etnia	38
Tabela 3 –	Distribuição de Filhos, Coabitantes e Estado Civil	39
Tabela 4 –	Renda	40
Tabela 5 –	Evocações sobre a palavra “TÓXICO”	
	42	
Tabela 6 –	Evocações sobre “vivendo em um relacionamento tóxico”	48
Tabela 7 –	Evocações sobre “consequências dos relacionamentos tóxicos entre jovens universitários”	50
Tabela 8 –	Evocações sobre “violência nos relacionamentos entre jovens universitários”	57

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	9
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1	DA REBELDIA À REINVENÇÃO: DESVENDANDO O CONCEITO DE JUVENTUDE	12
2.2	CONJUGALIDADE E JUVENTUDE	14
2.3	DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA NA CONJUGALIDADE	17
2.4	A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – TRS	21
3	DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA	26
4	OBJETIVOS	27
4.1	OBJETIVO GERAL	27
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	27
5	MÉTODO	28
5.1	PARTICIPANTES	29
5.2	INSTRUMENTOS	29
5.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA	29
5.4	ASPECTOS ÉTICOS	32
5.5	ANÁLISE DOS DADOS	33
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
6.1	PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	36
6.2	DISTRIBUIÇÃO DE FILHOS, COABITANTES E ESTADO CIVIL	38
6.3	RENDAS	39
6.4	SIGNIFICADOS DE RELACIONAMENTOS TÓXICOS ENTRE JOVENS DE 18 A 25 ANOS	41
6.5	PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA EM RELACIONAMENTOS AFETIVOS	56
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS	68
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	77
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO	79

1 APRESENTAÇÃO

A sexualidade se desenvolve através de experiências, interações afetivas, desejos e pela necessidade de satisfação. Essas descobertas são moldadas por padrões de comportamento sexual, que são competências sociais adquiridas nas interações dentro da sociedade e absorvidas por meio das normas e valores sociais. Isso ocorre por meio da convivência familiar, com amigos, no ambiente escolar, religioso, bem como pelo que a mídia retrata, além da crescente influência das interações virtuais nas redes sociais (Carvalhaes e Cárdenas, 2021).

Os relacionamentos românticos, nesse sentido, são constituídos por indivíduos que geralmente buscam algum grau de segurança e estabilidade. Essa categoria de relacionamento de casal abrange desde namoros, noivados, casamentos, até conexões mais informais, como casamentos não oficializados (incluídos na união estável, ou os chamados “amaziados ou amigados”) e relacionamentos sem compromisso, conhecidos como “ficar” (Muniz e Lima Júnior, 2021).

Nas juventudes – demarcadas por sujeitos de 18 a 24 anos – os relacionamentos amorosos podem ser atravessados pelas mudanças decorrentes da transição entre adolescência e idade adulta. Podem ser citadas: a possibilidade de saída da casa dos pais; as dúvidas com relação aos próprios princípios; a busca e/ou entrada em novos grupos de convívio; a entrada no mundo do trabalho e/ou na graduação; o investimento em novos empreendimentos, entre outros aspectos (Gonçalves et al., 2008). É na juventude que as disparidades na compreensão de gênero podem se tornar mais acentuadas, contribuindo para a normalização da violência como uma manifestação do afeto ou como algo considerado “aceitável” em determinadas situações (Souza e Silva, 2022).

O conceito de relação “tóxica” (também denominado “abusiva”) envolve o uso de violência psicológica, emocional e financeira em relações afetivas. Isso pode incluir ciúmes excessivos, manipulação, atitudes que afetam negativamente a autoestima ou independência do parceiro, bem como violência sexual e física. O agressor exerce controle sobre a vítima, distorcendo sua percepção da realidade, enfraquecendo-a e

manipulando emocionalmente. A relação passa a incluir ameaças por parte do agressor e um sentimento de culpa na vítima (Ferreira, Oliveira e Moreira, 2021).

A violência nas relações entre jovens pode causar consequências significativas na vítima, levando a uma série de efeitos a curto e longo prazo. Um estudo realizado por Souza e Silva (2022) aponta que essas consequências incluem distúrbios alimentares, estresse pós-traumático, distúrbios emocionais, comportamentos sexuais arriscados, dificuldades acadêmicas e até mesmo o abandono da educação superior. O abuso em relacionamentos afetivos frequentemente passa despercebido, contribuindo para a desvalorização do parceiro e estabelecendo um controle que prejudica a capacidade de reação e tomada de decisão da pessoa agredida, afetando diretamente sua autoestima e sua saúde mental (Souza e Silva, 2022).

Um aspecto relevante sobre a temática que envolve a violência nos relacionamentos entre jovens é a percepção de que independentemente da identidade de gênero, qualquer pessoa que esteja em um relacionamento afetivo-sexual pode ser perpetradora de violência, seja no relacionamento homo ou heteroafetivo. Tais questões fomentam debates sobre a dicotomia tradicional que associa as mulheres às vítimas e os homens aos agressores, destacando as diversas formas de violência relacionadas ao gênero (Carvalhaes e Cárdenas, 2021).

Diante desses apontamentos, evidencia-se o problema que norteou a presente pesquisa: buscar investigar as representações sociais sobre relacionamentos tóxicos entre jovens e as práticas de violências presentes nas relações afetivo-sexuais na juventude contemporânea.

Visando analisar o fenômeno das relações tóxicas entre jovens, utilizou-se como referencial a Teoria do Núcleo Central (TNC) proposta por Jean Claude Abric (1998) em 1976, compreendendo que as representações sociais possuem um núcleo central e um sistema periférico. Esse núcleo principal está ligado à memória coletiva, conferindo significado, consistência e durabilidade à representação, tornando-a assim estável e pouco suscetível a mudanças. Todavia, tanto o núcleo central quanto o sistema periférico são imprescindíveis e complementares para a construção de representações (Machado e Aniceto, 2010).

Quando se trata de sua dimensão histórica e evolutiva, as representações sociais incorporam elementos culturais, cognitivos e de valores, ou seja, têm uma natureza

ideológica. É importante considerar esse conjunto de fatores individuais para entender as representações como um sistema organizado e relativamente estável, ressaltando a necessidade de investigar quais representações podem constituir os relacionamentos tóxicos e a violência nas relações afetivo-sexuais (Mesquita, Spadoni e Campos, 2022).

Nesse sentido, esta dissertação está estruturada de forma a apresentar uma progressão lógica e consistente da pesquisa. A parte inicial trouxe os aspectos introdutórios da temática escolhida, contextualizando sua relevância e os propósitos do trabalho. No tópico seguinte, intitulado “Fundamentação teórica”, foram abordados os principais conceitos, teorias e estudos que sustentam a pesquisa, discutindo, sequencialmente a) o conceito de Juventude; b) a Conjugalidade e a Juventude; c) as dinâmicas de violência na Conjugalidade; e d) a Teoria das Representações Sociais (TRS).

Após a fundamentação teórica, foi apresentada a delimitação e justificativa, o objetivo geral e os objetivos específicos, bem como o método. Nesse último, foi descrito detalhadamente o desenho da pesquisa, os procedimentos adotados, o contexto de estudo, os participantes, os instrumentos de coleta de dados e a abordagem analítica utilizada, permitindo transparência e reproduzibilidade.

No tópico intitulado “Resultados e Discussão” foram apresentados os resultados do estudo, utilizando tabelas geradas a partir da análise dos dados sociodemográficos e do software EVO. Os resultados e a discussão foram estruturados a partir dos objetivos específicos, interpretados à luz do referencial teórico e de outros estudos relevantes, buscando responder às questões de pesquisa e discutir suas implicações. Ao término, foram construídas as considerações finais, em que são sintetizadas as principais conclusões do estudo, destacadas as contribuições para o campo da Psicologia e das Representações Sociais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Da rebeldia à reinvenção: desvendando o conceito de juventude

A discussão contemporânea do conceito de juventude é frequentemente associada a temas como o uso desenfreado da internet (Rosa et al., 2021; Vieira et al., 2022), educação (Senkevics e Carvalho, 2023; Menezes e Santos, 2023; Lebourg, Coutrim e Silva, 2021), saúde e sexualidade (Cabral, 2024; Paiva, 2024), religião (Teixeira, 2023), emprego (Corseuil, Franca e Poloponsky, 2020; Tommasi e Corrochano, 2020), uso de substâncias lícitas e ilícitas (Soares et al., 2020; Sousa et al., 2019) e violência (Schroeder e Abreu, 2020; Souza, 2020; Takeiti et al., 2020).

Os significados ligados à juventude não só se conectam a fatores como identidade de gênero, etnia e condição social, mas também se entrelaçam com manifestações culturais, eventos históricos e realidades sociais. Isso resulta em uma variedade de interpretações sobre a juventude, abrindo espaço para a consideração de diferentes modos de viver nessa etapa do desenvolvimento (Resende e Espíndula, 2020).

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), a juventude representa um estágio sociológico de preparação para a transição para a vida adulta, englobando o período dos 15 aos 24 anos. No Brasil, a Política Nacional de Juventude (PNJ) define como jovens todos os cidadãos entre 15 e 29 anos. Essa política segmenta essa faixa etária em três grupos: jovens-adolescentes (15 a 17 anos), jovens-jovens (18 a 24 anos) e jovens-adultos (25 a 29 anos) (CONJUVE, 2006). Enquanto o primeiro grupo já está inserido na política para crianças e adolescentes, os outros dois não estão contemplados nessa estrutura atual (Silva e Silva, 2011).

Para este trabalho, foi utilizada a faixa etária de jovens-jovens (18 a 24 anos), considerando a vulnerabilidade e o impacto duradouro que essas experiências podem ter nessa fase da vida. Essa faixa etária é marcada pelo início de muitas relações amorosas sérias e pela formação de padrões de comportamento que podem se estender ao longo

da vida (Oliveira et al., 2024; Lopes et al., 2022). Os jovens estão em um período de transição entre a adolescência e a vida adulta, no qual buscam consolidar identidades, autonomia e formas de interação social (Castro Júnior et al., 2024).

Além disso, estudos apontam que a violência nos relacionamentos amorosos é prevalente entre jovens, muitas vezes mascarada ou normalizada por conceitos distorcidos de amor e controle (Oliveira et al., 2024; Veríssimo et al., 2022; Carvalhaes e Cárdenas, 2021). A falta de experiência, combinada com fatores como a influência da mídia, redes sociais e normas culturais, pode dificultar a identificação de comportamentos abusivos (Abdo e Fleury, 2024; Costa et al., 2022). Por isso, entender as dinâmicas específicas dessa faixa etária é essencial para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção eficazes.

Constituído de heterogeneidade, definir “jovem/juventude” ou “cultura juvenil” perpassa os diferentes saberes de áreas divergentes do conhecimento, como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a Educação e a História, por exemplo. Esse esforço conjunto, marcado por avanços e discordâncias, tem gerado a ampliação da discussão acerca da temática escolhida, tanto no âmbito metodológico quanto na representação da juventude (Chaveiro, Silva e Martins, 2021).

A construção social da juventude foi influenciada por mudanças significativas no mundo do trabalho durante o século XIX, juntamente com as percepções que atravessaram a constituição da ideia de adolescência. Essa última foi moldada pelas necessidades emergentes resultantes das transformações sociais desencadeadas pelo surgimento de novas formas de trabalho capitalista, que exigiram um período mais longo de preparação para os jovens antes de ingressarem em determinadas profissões. Isso levou ao aumento da duração da educação formal e à crescente dependência financeira dos pais. A demanda por um prolongado treinamento profissional, especialmente durante o período de industrialização, ampliou a supervisão familiar sobre os adolescentes, gerando a busca por definições que marcassem o fim da adolescência e o início da juventude (Menandro, 2004).

Cruz, Rosa e Coutinho (2011) defendem que é fundamental reconhecer a juventude como um estágio da vida que possui um valor intrínseco, não apenas como uma transição entre adolescência e idade adulta, mas como um momento no ciclo vital no qual o indivíduo é o protagonista de seu próprio destino, capaz de fazer suas escolhas e

moldar sua própria narrativa de vida. Considerar a experiência juvenil como algo dotado de valor e significado pessoal vai além de ser apenas uma preparação para a fase adulta; é entender que esse período da vida tem uma riqueza de experiências e um sentido que são distintos e valiosos por si só.

Analizar as juventudes à luz da Teoria das Representações Sociais – TRS – possibilita a investigação dos elementos simbólicos através dos quais os jovens expressam conhecimentos, opiniões, sentimentos conscientes ou inconscientes, crenças, valores e pensamentos. Tais expressões podem ser manifestadas por meio da linguagem oral ou escrita, utilizando palavras, imagens, sons e gestos. Essas representações são influenciadas e moldadas pela cultura e pela sociedade, refletindo expectativas tanto objetivas quanto subjetivas. As representações são socialmente construídas e, portanto, estão intrinsecamente ligadas ao contexto real dos sujeitos que as compartilham (Franco, Munhoz e Andrade, 2012).

No Brasil, fala-se em juventudes devido às amplas disparidades entre as realidades vividas (Castro Júnior, 2024). As representações sociais são influenciadas por uma variedade de fatores, e a classe social em que o jovem está inserido é um deles. As expectativas de um jovem de classe baixa, que vive em condições de pobreza, diferem significativamente daquelas com acesso a recursos financeiros abundantes e maior liberdade de escolha em relação ao futuro. Os jovens brasileiros que crescem em ambientes educacionais desfavorecidos enfrentam o desafio de suprir suas necessidades básicas e procurar desenvolver interesses alinhados com oportunidades de futuro e trabalho (Mesquita, Spadoni e Campos, 2022).

É comum atribuir várias características aos jovens, considerando as juventudes como uma fase do desenvolvimento humano que pode ser constituída de conflitos interpessoais e psíquicos e de transformação de várias questões internas e externas, nas quais se percorre de quem se é para quem se pretende ser. Muitas vezes, é vista como uma etapa em direção ao futuro e à vida adulta, refletindo as ações realizadas durante esse período. Dessa forma, a juventude pode ser encarada como um momento de liberdade, experimentação de tentativa e erro, visando à construção e/ou afirmação da própria identidade (Accorssi, Lino Netto e Clase, 2019).

2.2 Conjugalidade e juventude

Os estudos sobre as relações entre casais têm sido objeto de extensa pesquisa e produção literária em diversas disciplinas das ciências humanas, incluindo psicologia (Porreca, 2019; Alexandre e Santos, 2021; Neumann et al. 2024), antropologia (Brum et al., 2024; Cabral, 2024), teologia (Araújo e Rosas, 2024; Marchesi, Rosa e Resende, 2021), sociologia (Jardim e Souza, 2024; Gropo, 2017) e outras. A conjugalidade pode ser compreendida como um processo complexo, constituído por mudanças constantes, que envolve o relacionamento entre duas pessoas que constroem uma identidade conjugal a partir de suas individualidades (Porreca, 2019).

Teóricos que abordam temáticas concernentes à família e ao casamento na atualidade, como Campos e Melo (2022) e Neumann et al. (2024), caracterizam a conjugalidade como um processo de elaboração de uma realidade compartilhada. Quando ambos os parceiros se envolvem na relação, ocorre uma reconstrução da realidade individual de cada um, estabelecendo referências compartilhadas e uma identidade conjugal. Essa relação é moldada por interações verbais e não verbais, nas quais os parceiros ajustam suas ações mútuas dentro do contexto social de significados, comprometendo-se a construir uma narrativa compartilhada (Neumann et al. 2024).

No campo da filosofia contemporânea, Zygmunt Bauman (2004) discute a conjugalidade a partir da ideia de fragilidade moderna que constitui os laços afetivos. Segundo ele, os vínculos afetivos tendem a ser mais frágeis, em grande parte devido às relações de consumo cada vez mais predominantes no contexto histórico e cultural atual. No entanto, mesmo diante dessa fragilidade, persiste uma necessidade de conexão entre as pessoas, embora essas conexões sejam mais fugazes e menos estáveis do que no passado. Ele utiliza a metáfora do “amor líquido” para ilustrar a complexidade das relações afetivas contemporâneas. Apesar da natureza passageira do amor, é notável como ele ainda é desejado como algo eterno, embora exista a percepção de que pode acabar mais rapidamente do que se espera.

Féres-Carneiro e Diniz Neto (2010) discutem que, até antes dos anos 1970, os estudos sobre conjugalidade tinham como objetos de estudo o aconselhamento matrimonial, a psicoterapia de casal psicanalítica e as diferenças nos traços de personalidade que seriam as causas do sucesso ou insucesso da relação. Os autores afirmam que, até essa década, os estudos – em sua maioria – foram desenvolvidos por sociólogos.

Após os anos 1970, o estudo dos padrões interacionais e da cognição social sobre a própria interação demarcou os estudos sobre conjugalidade, visando compreender as interações conjugais, bem como a resolução de conflitos, os padrões disfuncionais das famílias e as patologias familiares (Féres-Carneiro e Diniz Neto, 2010). Com o desenvolvimento de novos estudos, juntamente com os avanços tecnológicos, a conjugalidade tem sido analisada por meio de fenômenos como a estabilidade e a satisfação conjugal, estudos sobre padrões de formação e dissolução da conjugalidade como um processo interacional, e protocolos e outros instrumentos para a elaboração de um diagnóstico sistêmico conjugal com implicações para a prática clínica (Simor et al., 2023).

No que tange à construção da relação conjugal, Neumann et al. (2024) afirma que existem alguns fatores que propiciam o estabelecimento de uma relação conjugal, os quais estão associados às experiências individuais de cada pessoa. Tais fatores são a educação recebida – seja formal ou informal –, bem como as necessidades materiais e históricas de cada período da vida.

Os relacionamentos amorosos seguem um fluxo constante de mudanças, refletindo a dinâmica presente em todas as facetas da vida humana. Eles não estão necessariamente focados na construção de uma identidade fixa ou na formação de vínculos permanentes. Na contemporaneidade, caracterizada pela coexistência de múltiplos eventos e experiências no tempo presente, há uma tendência em racionalizar e tentar controlar muitos aspectos da vida. Esse contexto contemporâneo, por vezes, promove uma abordagem imediata nas relações, como se não houvesse tempo suficiente para que os relacionamentos amadurecessem organicamente (Silveira, 2023).

Vale ressaltar que os aspectos que constituem a conjugalidade – questões econômicas, afetivas, culturais e sociais, por exemplo – não são estáticos em seu significado. Eles se modificam ao longo da história e são influenciados pelos contextos simbólicos e culturais dos diferentes grupos humanos (Beck e Beck-Gernsheim, 2017).

Entende-se que os relacionamentos conjugais podem conter aspectos tanto positivos quanto negativos, impactando diretamente na qualidade de vida das pessoas. Os fatores de proteção estão ligados aos sentimentos e comportamentos nas relações amorosas que ajudam no crescimento pessoal e interpessoal. Por outro lado, os fatores de risco estão associados a eventos negativos que aumentam a probabilidade de

problemas individuais e conjugais na vida das pessoas envolvidas (Scorsolini e Comin, 2010).

Dentre os fatores de risco que podem gerar desafios nas relações, destaca-se a insegurança excessiva de um dos parceiros, contribuindo para o surgimento/desenvolvimento do “ciúme romântico” (Schlosser, 2014), que pode comprometer a qualidade do relacionamento. Sachetti et al. (2023) defendem que o ciúme romântico envolve uma série de emoções desencadeadas por sentimentos que ameaçam a estabilidade de uma relação saudável, minando a confiança e o amor mútuo do casal.

Assim, este trabalho discute como os fatores de risco podem resultar em situações de violência dentro dos relacionamentos afetivos entre jovens, propiciando o desenvolvimento dos chamados “relacionamentos tóxicos” ou abusivos.

2. 3 Dinâmicas de violência na Conjugalidade

A violência nos relacionamentos amorosos entre jovens é uma temática que tem ganhado visibilidade no Brasil a partir dos anos 2000, especialmente com a promulgação da Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha (LMP), que tipifica a violência como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Brasil, 2006).

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:
I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; que a impeça de usar qualquer método contraceptivo; ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno OU manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

Dados do IPEA (2023) apontam que quase 30% das brasileiras sofreram algum tipo de violência ou agressão durante o ano de 2022. O documento afirma que as evidências atuais da literatura nacional e internacional corroboram que, na grande maioria dos casos em que uma pessoa é assassinada dentro de sua residência, o perpetrador é conhecido da vítima, muitas vezes sendo o cônjuge ou um familiar próximo (FBSP, 2023).

As pesquisas atuais sobre a temática da violência conjugal estudam o percurso de construção da relação amorosa, os sinais de um relacionamento abusivo (Souza, Nolascio e Barros, 2023), os impactos emocionais gerados na vítima da violência doméstica (Lírio, 2019) e a saída de relacionamentos abusivos. Também investigam as manifestações de violência em relação ao patriarcado e à cultura machista (Saffioti, 2015). Do levantamento bibliográfico realizado até aqui, constatou-se que os estudos, em grande parte, evidenciam as mulheres como vítimas de homens que seriam seus parceiros íntimos (Magalhães, Zanello e Ferreira, 2023).

A violência entre parceiros íntimos é uma categoria que se enquadra no âmbito interpessoal e se manifesta de diversas maneiras, abrangendo aspectos físicos, psicológicos, sexuais e comportamentais. Entre as formas mais frequentemente vivenciadas por mulheres globalmente, destaca-se a violência física, muitas vezes considerada apenas a manifestação mais visível de um problema mais amplo. É importante ressaltar que quem enfrenta violência física provavelmente também está sujeito a outras formas de violência dentro desse contexto (Lírio, 2019).

Andrade, Moraes e Martins (2023) evidenciam sinais de alerta, muitas vezes sutis e difíceis de perceber, que indicam o exercício de poder e controle dentro das relações íntimas entre jovens. Alguns desses sinais incluem:

- a) isolamento do convívio familiar e de amigos;
- b) discussões que resultam em quebra de objetos;
- c) ciúmes excessivos e insegurança;
- d) grande volume de mensagens e ligações;
- e) medo de desagradar a parceira(o);
- f) ser acusado(a) por coisas que não fez;
- g) mudanças constantes de humor na presença da parceira(o);
- h) demonstrações de posse em relação ao(a) parceiro(a); e

i) explicações incoerentes para ferimentos ou machucados.

As autoras ainda discutem a importância de observar se o relacionamento amoroso faz a pessoa sentir-se constantemente triste, assustada ou desconfortável, pois esses sentimentos persistentes podem ser indicativos de um ambiente relacional problemático e potencialmente abusivo (Andrade, Moraes e Martins, 2023).

Conforme pesquisa do DataSenado (2019), 27% das mulheres admitiram ter sofrido violência doméstica causada por homens, sendo que 78% desses casos envolviam parceiros ou ex-parceiros. No entanto, ao apresentar situações de violência às mulheres e questionar se elas haviam vivenciado algo semelhante, o percentual aumentou de 27% para 36%, evidenciando a dificuldade em reconhecer a violência como fenômeno experienciado. Somente 32% das mulheres agredidas relataram ter feito uma denúncia. No que diz respeito à violência psicológica, sexual ou moral, é ainda mais difícil estimar a sua extensão devido à maior dificuldade das mulheres em identificar e nomear a violência que sofrem.

Na esfera da violência familiar ou doméstica, encontra-se a violência conjugal, seja em relacionamentos heterossexuais ou homossexuais. Nesse contexto, esse tipo de violência pode ser referido como um relacionamento abusivo, que se manifesta por meio de intimidações, humilhações, desqualificações, indução de baixa autoestima, agressões físicas como empurrões, tapas, estrangulamentos, ameaças de uso de armas brancas ou de fogo, coerção sexual, assassinato, entre outros comportamentos (Brasil, 2005).

Popularmente chamado de “relacionamento tóxico”, o relacionamento abusivo está pautado na prática da violência de gênero. Suas várias consequências podem se tornar comuns, naturais e até mesmo aceitas como padrão, sendo um meio de exercer domínio, controle e opressão sobre o outro. No entanto, sua experiência é subjetiva para cada indivíduo. Isso ocorre porque a percepção de violência depende da maneira como a vítima e o agressor se relacionam, de acordo com a perspectiva de cada um sobre o que consideram como violência (Souza e Costa, 2020).

As “relações tóxicas” podem ser descritas como um desequilíbrio na dinâmica entre duas pessoas, resultando em intenso sofrimento para uma delas devido às ações da outra. Enquanto a parte que causa o sofrimento pode não demonstrar interesse em mudar seu comportamento, a parte prejudicada se sente aprisionada, emocionalmente dependente e sujeita a um vínculo empobrecido, caracterizado por sofrimento, desrespeito,

desconfiança e falta de empatia. Isso muitas vezes leva ao esgotamento emocional e à fragilidade da parte prejudicada (Lacerda e Costa, 2013).

Para Tanajura (2020), relações tóxicas podem se diferenciar de relacionamentos abusivos, uma vez que as primeiras podem ser comparadas a um vampiro que suga a energia de outra pessoa para se manter vivo. Nessa representação, as agressões se restringem ao âmbito psicológico, nas quais o agressor tende a diminuir o outro para satisfazer suas próprias necessidades, muitas vezes sem perceber o mal que causa. Portanto, quando o parceiro expõe essa situação, o agressor pode sentir um breve sentimento de culpa, mas isso geralmente é temporário, criando um ciclo vicioso entre comportamentos prejudiciais e arrependimento passageiro.

É comum que as pessoas demonstrem um ou mais ‘comportamentos tóxicos’, sem necessariamente estarem envolvidas em uma ‘relação tóxica’. O que demarca esse tipo de relacionamento é a forma como os comportamentos se mantêm constantes e o nível de intensidade que apresentam. O agressor abusivo seria, portanto, alguém que, no primeiro momento, apresentaria uma personalidade sedutora, gentil e amável; todavia, assim que percebe que sua vítima está vulnerável e dependente, revela seu lado controlador, intolerante e imprevisível, alterando completamente a dinâmica da relação. Isso pode despertar na vítima sentimentos como culpa e autorresponsabilidade pelos eventos no relacionamento (Oliveira et al., 2016).

Romper com uma relação tóxica pode ser potencialmente desafiador, especialmente quando há laços emocionais que se confundem com dependência econômica. A situação é ainda mais complicada devido ao isolamento social, que muitas vezes envolve o afastamento de familiares e amigos. A vítima frequentemente desconhece seus direitos legais e as opções de ajuda disponíveis. No entanto, é crucial buscar apoio profissional, como aconselhamento psicológico, e contar com o apoio do próprio círculo social e familiar. Isso é essencial, pois, em tais relacionamentos, as pessoas tendem a suportar uma quantidade excessiva de sofrimento, o que torna difícil estabelecer trocas afetivas saudáveis e genuínas (Santos, 2019).

2.4 A Teoria das Representações Sociais - TRS

A Teoria das Representações Sociais (TRS) se caracteriza como uma perspectiva teórica que investiga as relações humanas a partir de sua relação com o contexto

psicossocial. As Representações Sociais (RS) são construções interpretativas do mundo que, através da atribuição de rótulos identificadores ao objeto representado, estabelecem conexões emocionais e de pertencimento entre as pessoas envolvidas, refletindo a realidade. Ao vincular o indivíduo a um determinado grupo e o grupo ao indivíduo mencionado, as Representações Sociais se tornam instrumentos valiosos para fortalecer o conhecimento compartilhado dentro do grupo, além de servirem para compreender, explicar e transmitir conhecimentos sobre a vivência, realidade e ideologia daqueles que fazem parte do grupo em questão (Silva Junior e Barreto, 2023).

É por meio da representação social que os diversos atores sociais em suas trocas cotidianas apreendem o mundo ao seu redor, construindo sentidos e significados aos elementos que ali se apresentam, mesmo que no primeiro contato pareçam “estranhos”. A análise da RS é uma ponte que interliga o senso comum com o aporte teórico, a partir da dialogicidade entre os envolvidos e seu mundo social, orientando-os em seus comportamentos e atitudes (Carvalho, 2005).

Serge Moscovici (1925-2014), precursor dessa teoria, evidencia que as Representações Sociais são formadas por meio de dois processos, os quais ocorrem em paralelo. O primeiro é chamado de ancoragem, no qual os indivíduos recorrem a seus conhecimentos e experiências passadas para se apropriarem de elementos que os auxiliem na compreensão e na formulação de opiniões sobre o fenômeno que lhes causa estranheza. Já o segundo procedimento – a objetivação – se caracteriza pela modificação das formas de pensamento pelo sujeito em uma representação quase tangível, possibilitando o espelhamento do objeto das Representações Sociais (Moscovici, 2007).

Para Moscovici (2007), as Representações possuem duas funções: a primeira diz respeito ao estabelecimento de convenções – uma espécie de adaptação dos objetos, pessoas ou acontecimento às categorias mentais preexistentes, visando facilitar sua organização. Para ele, “nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura” (p.35). Assim, é necessário um esforço para que o sujeito se torne consciente e confronte as convenções sociais estabelecidas pela cultura. A outra função concernente às Representações é o seu caráter prescritivo, rígido, moldado pelos padrões estabelecidos pela tradição e alinhado com as normas sociais vigentes, influenciando o modo de pensar.

Da Teoria das Representações Sociais de Moscovici foram extraídas pelo menos três outras abordagens. A primeira possui caráter antropológico e tem como referência teórica Denise Jodelet (2001); a segunda versa sobre a produção e deslocamento das RS, tendo como expoente Willem Doise (1990). A terceira é a Teoria do Núcleo Central de Jean Claude Abric (1998), e que se concentra na perspectiva cognitivo-estrutural (Sá, 1998).

Denise Jodelet (1990) argumenta que a TRS pode ser valiosa para a compreensão de fenômenos que estruturam as práticas sociais, bem como na formação de ideias, valores e representações, fornecendo um sólido conjunto de conceitos teóricos e métodos que podem contribuir para a compreensão desses fenômenos à luz da Psicologia Social.

Para ela, as RS possuem três funções: 1) função cognitiva: caracterizada pela habilidade cognitiva de incorporar algo novo ao conjunto de conhecimentos existentes através do processo de relacionamento, baseado na interpretação do que está sendo representado; 2) função de interpretação: a representação social atua como um mecanismo para compreender o mundo ao nosso redor e molda nossas ações, já que somos influenciados pelos relacionamentos e interações sociais; e 3) função de orientação: as representações sociais, ao absorver e unir os elementos sociais, têm um impacto bidirecional, influenciando e sendo influenciadas, moldando o comportamento e dinâmicas dentro dos grupos sociais (Jodelet, 1990).

As representações sociais seriam importantes, na perspectiva de Jodelet (1990) para a análise de quatro aspectos relacionados ao indivíduo: compreender os discursos que fundamentam a representação de um determinado sujeito, analisar os comportamentos e práticas sociais associados a essas representações, examinar documentos e registros que oficializam discursos, comportamentos e práticas sociais, e também investigar os discursos veiculados pela mídia, os quais têm influência tanto na perpetuação quanto na modificação das representações sociais (Nogueira e Di Grillo, 2020).

Willem Doise (2002) concebe as representações sociais como princípios que organizam a forma como indivíduos e grupos se relacionam simbolicamente entre si. Nesse contexto, evidencia a unificação dos funcionamentos da sociedade e dos indivíduos, usando quatro perspectivas de análise empregadas na Psicologia Social. O primeiro foca nos processos internos de cada pessoa, abordando como elas organizam

suas experiências no ambiente (intra-individual). O segundo contempla os processos entre pessoas e situações, ou seja, as dinâmicas de interação (inter-individuais e situacionais). O terceiro considera as diversas posições que os indivíduos ocupam em suas interações (tais como grupos de diferentes status sociais - intergrupais). Por fim, o quarto nível diz respeito aos sistemas de crenças e representações que permeiam essas interações (societal).

Na abordagem societal elaborada por Doise (1973) dois novos níveis de análise foram inseridos recentemente: neurológico e outro intersocietal. O neurológico reconhece os progressos das pesquisas em neurociência ao examinar os aspectos emocionais e mentais envolvidos na interação social, enquanto o nível intersocietal realça a presença de padrões normativos superiores, valores, convicções e modelos relacionais que atravessam culturas diversas. Sousa e Chaves (2023) discutem que, para Doise e Valentim (2015), ao adicionarem esses dois níveis, há o enriquecimento teórico e analítico para compreender vários fenômenos e processos psicossociais.

Para Abric (1998), a Teoria do Núcleo Central (TNC) evidencia que toda representação social se estrutura em torno de um núcleo central e de um sistema periférico. Machado e Aniceto (2010) discorrem que a Teoria do Núcleo Central demonstra a inter-relação de complementaridade entre o núcleo central e o sistema periférico de modo organizado e estruturado, e que envolve as crenças, atitudes e opiniões do indivíduo. Isso implica na compreensão de que núcleo central e sistema periférico são indissociáveis.

O núcleo central é constituído pela memória coletiva, que resulta na atribuição de significados e enraizamento da representação, com consequente estabilização e resistência a mudanças. É no núcleo central que se encontram os componentes normativos mais fixos ou duradouros da representação social, relacionados à natureza do objeto representado, bem como aos valores e normas sociais que caracterizam o meio social do indivíduo (Machado e Aniceto, 2010).

Sá (1996) explica os aspectos que constituem o núcleo central: a) é definido pela memória coletiva, com reflexos dos fenômenos sociohistóricos que demarcam os valores do grupo; b) define a homogeneidade do grupo a partir do compartilhamento das representações; c) possui estabilidade, refletida pela manutenção da representação e

com pouca flexibilidade para mudanças; d) apresenta dificuldade de mobilização no que tange aos fenômenos imediatos que envolvem a representação (Sá, 1996).

Já o sistema periférico se caracteriza pela flexibilização e atualização da representação, funcionando como um “para-choque” entre o contexto social e o núcleo central. Para Sá (1996), o sistema periférico atua na inserção de novos elementos e na modificação do núcleo central, e possui também algumas características: a) contribui para assimilação de novas experiências no campo da individualidade; b) reconhece e busca lidar com as adversidades concernentes à heterogeneidade do grupo; e c) modifica-se de acordo com o contexto emergente. Desse modo, o sistema periférico visa o ajustamento do indivíduo dentro da realidade concreta, protegendo o núcleo central.

No que tange às relações sociais, Abric (2000) evidencia que as RS são imprescindíveis para a constituição das práticas sociais, e são caracterizadas por quatro funções. A primeira é a “função de saber”, na qual localiza as RS como possibilidades de entender e analisar a realidade, de modo que os indivíduos podem apreender os saberes práticos do senso comum de forma menos complexa, e de acordo com seus conhecimentos prévios e relação com o meio. A segunda função é a “identitária”, uma vez que as RS determinam a identidade e colaboram com a manutenção das peculiaridades que constituem os grupos. Isso possibilita a construção da identidade pessoal a partir da propagação das normas e valores historicamente e culturalmente transmitidos.

A terceira função é a de “orientação”, considerando que as RS norteiam os comportamentos e as práticas sociais, designando o que é aceitável ou não dentro de determinado lócus social. A quarta e última função é a “justificadora”, que diz respeito ao modo como as tomadas de decisão e posição comportamentais são justificadas. Isso contribui para a preservação e a justificação de diferenças sociais, estereótipos, discriminação e preconceito, estabelecendo relações complexas entre os diferentes grupos (Abric, 2000).

No campo das pesquisas em Psicologia Social que adotam a Teoria das Representações Sociais como base teórico-metodológica, conforme cada uma das abordagens previamente mencionadas, frequentemente são utilizadas ferramentas de coleta de dados como a Técnica de Núcleo Central (TNC) e a Técnica de Associação de Palavras (TALP). Por meio da TALP, a pesquisadora busca explorar o cerne de um fenômeno estudado. Por outro lado, quando o objetivo é compreender os processos de

ancoragem e objetivação de uma Representação Social, são comuns entrevistas semiestruturadas, questionários ou outros métodos (Oliveira et al., 2022). Além disso, a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016), é frequentemente empregada em pesquisas que organizam os resultados por categorias semânticas durante a apresentação e discussão dos achados.

Parreira et al. (2018) defendem que uma das principais implicações da TRS para os estudos populacionais é a ideia de que a homogeneidade de uma população ou grupo não se estabelece pelo consenso entre seus membros, mas pelo fato de que sua representação se organiza em torno de um núcleo central comum, ou seja, do mesmo princípio gerador de significado que eles atribuem à situação ou ao objeto com que se deparam. Dessa forma, a definição do objeto de representação torna-se essencial na pesquisa empírica.

É igualmente importante destacar o papel das representações na construção de uma identidade social, atuando como um sistema de referências que é ao mesmo tempo comum e particular a cada grupo. Sublinha-se, desse modo, sua função nas relações dentro e entre grupos, servindo como um sistema de comunicação e uma base para a elaboração de comportamentos. Assim, a particularidade de cada grupo social resulta na singularidade de suas representações sociais, as quais, por sua vez, promovem a diferenciação entre grupos (Parreira et al., 2018).

Para Evangelista e Machado (2024), de acordo com a abordagem estrutural, ao estudar as representações sociais de um objeto, é fundamental identificar três componentes principais: o conteúdo, a estrutura interna e o núcleo central. O conteúdo se refere à relevância e ao conjunto geral de informações dispersas que os indivíduos têm sobre o objeto; a estrutura diz respeito à possível organização do núcleo central e seus elementos periféricos; e o núcleo central ou sistema central é constituído pelos elementos integrais, completos e não negociáveis de uma representação.

Na contemporaneidade, essa teoria tem sido utilizada como base teórica e metodológica para embasar estudos em diversas áreas do conhecimento, como nas ciências humanas, sociais, da saúde e em outros campos, incluindo estudos relacionados a gênero, violência e relacionamentos amorosos, temáticas essas que serão discutidas ao longo do texto.

3 DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A sociedade está cada vez mais preocupada com o bem-estar e a segurança dos jovens em relacionamentos afetivo-sexuais, e desse modo, este trabalho se justifica na crescente preocupação com ‘relações tóxicas’ entre jovens, uma vez que nas últimas décadas, houve um aumento significativo na conscientização e discussões em torno das crescentes manifestações da violência dentre esse público (Souza e Lordello, 2020). Isso se deve, em parte, ao advento das mídias sociais e uma maior divulgação de casos de abuso e comportamento prejudicial em relacionamentos, especialmente entre os jovens (Fernandes et al., 2019).

É relevante também ao considerar que a juventude contemporânea enfrenta desafios únicos em relação a gerações anteriores: não identificação de representatividade política (Oliveira e Leão, 2023); mundo do trabalho, o qual exige que os jovens sejam cada vez mais capacitados sem oferecer-lhes oportunidades (Raitz e Petters, 2008); aumento dos índices de sofrimento e adoecimento psíquico (OPAS/OMS, 2023); influência e impactos psicológicos do uso excessivo das mídias sociais (De Vasconcelos et al., 2023); as mudanças nos padrões de comunicação (Miguel et al., 2023) e a exposição a informações variadas (Vieira, 2023), moldaram a forma como os jovens percebem e se envolvem em relacionamentos. Compreender as representações sociais dos jovens sobre relacionamentos tóxicos é essencial para abordar as necessidades específicas dessa população (Souza, 2022).

Investigar como os jovens percebem, identificam e lidam com esses relacionamentos é fundamental para desenvolver estratégias de prevenção e intervenção adequadas (Gomes e Fernandes, 2018). O estudo das representações sociais dos jovens sobre relacionamentos tóxicos também pode enriquecer o campo da Psicologia, Sociologia e dos estudos de gênero, apresentando perspectivas diversificadas para o enfrentamento das violências nas dinâmicas sociais e de gênero na juventude contemporânea.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral:

Investigar as representações sociais sobre relacionamentos tóxicos entre jovens e as práticas de violências presentes nas relações afetivo-sexuais na juventude contemporânea.

4.2 Objetivos específicos:

1. Identificar os elementos representacionais associados aos relacionamentos tóxicos entre jovens de 18 a 25 anos.
2. Investigar como os jovens percebem e interpretam manifestações de violência — tanto física quanto psicológica — em relacionamentos afetivos, buscando compreender os fatores que levam à normalização desses comportamentos.

5 MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quali-quantitativa. A pesquisa descritiva tem por objetivo a descrição de características de populações ou fenômenos específicos, utilizando técnicas de coleta de dados que se adequem aos objetivos da pesquisa, a exemplo de questionários e observação sistemática (Gil, 2008).

A pesquisa qualitativa, para Mayring (2002), se define como um processo que amplia as possibilidades de análise, observação, descrição e interpretação de eventos, visando a compreensão dos sentidos e significados que os constituem. É também caracterizada como uma metodologia que se alia à comunicação e à reflexão, debruçando-se sobre os modos como as pessoas leem e compreendem suas experiências no mundo social, interpretando os fenômenos sociais (Brandão, 2001).

Já a pesquisa quantitativa implica que o pesquisador amplie – ou desenvolva – conhecimentos acerca do problema de pesquisa escolhido, teorizando e contornando epistemologicamente suas observações (Gatti, 2004). Nesse tipo de pesquisa, os dados coletados e registrados advêm da observação de variáveis de dado contexto, meio social, grupo ou sociedade, tendo relevância na análise de fenômenos de diversos setores sociais, econômicos e políticos, por exemplo. Assim, é uma pesquisa de cunho empírico-descritivo, que busca a descoberta e a classificação de variáveis e a possibilidade de estabelecer a relação de causa-efeito entre elas (Rodrigues, Oliveira e Santos, 2021).

Utilizar as duas abordagens de pesquisa de modo simultâneo – quali-quant – pode ampliar a análise dos resultados do estudo, bem como possibilitar a compreensão de fenômenos e processos que necessitam de atenção e fundamentação teórica e metodológica por parte da pesquisadora. É importante que, para além de observar os fenômenos investigados, a pesquisadora também busque procedimentos para coletar os dados que relacionam teoria e prática (Rodrigues, Oliveira e Santos, 2021). Corroborando com isso, Gatti (2004) defende que pesquisas qualitativas e quantitativas não são opostas entre si, mas complementam-se e possibilitam ampliar a compreensão acerca dos fenômenos analisados.

5.1 Participantes

A população-alvo da pesquisa foi composta por 100 jovens universitários entre 18 e 25 anos de idade, os quais estavam, durante a coleta dos dados envolvidos em

relacionamentos afetivo-sexuais ou tiveram experiência anterior em tais relacionamentos por pelo menos seis meses. Não foi encontrado na literatura nem na legislação um prazo mínimo ou máximo para delimitar o que se considera como relacionamento, todavia, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, do Código Civil, de reconhece a “entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”, sem estabelecer prazo mínimo para o estabelecimento do vínculo (Brasil, 2002).

A amostra foi selecionada de forma aleatória, garantindo uma representação equitativa de gênero, orientação sexual e diversidade socioeconômica, a fim de obter uma visão abrangente das representações sociais. A população-alvo escolhida foi universitária, considerando que o período da vida universitária é uma fase de transição significativa para muitos jovens, marcada por mudanças no ambiente social, independência e desenvolvimento pessoal, bem como o período que geralmente demarca a entrada no Ensino Superior (Dwyer et al., 2016).

Outro aspecto importante para a escolha da amostra foi a percepção de que jovens universitários estão frequentemente expostos a informações e discussões sobre relacionamentos, sexualidade e saúde mental por meio de programas de educação, redes sociais, *workshops*, orientação acadêmica e serviços de saúde estudantil. Isso pode resultar em uma maior conscientização sobre esses tópicos e torná-los mais propensos a participar de pesquisas sobre o assunto (Augusta et al., 2020).

Como critérios de exclusão, foram excluídos os participantes com idade inferior a 18 anos ou superior a 25 anos; que não fossem universitários no momento da aplicação do questionário; que não estivessem envolvidos em relacionamentos afetivo-sexuais e não tenham tido experiência anterior em tais relacionamentos por pelo menos seis meses; e tenham participado de relacionamentos afetivo-sexuais por menos de seis meses.

O número total de participantes foi 100, com idade média de 21 anos, desvio padrão $DP=2,12$. A idade mínima foi 18 anos, e a idade máxima foi 25 anos.

A avaliação do risco da pesquisa foi mínimo, pois o questionário empregado nesta pesquisa não possui perguntas invasivas que possam causar constrangimento aos participantes. Todas as abordagens da pesquisadora perante os participantes seguiram as normas preconizadas com pesquisas em humanos segundo o CONEP. Além disso, não foi solicitado o preenchimento do nome e documentos que porventura pudessesem

identificar os participantes, de modo a manter a privacidade dos mesmos. Todas as informações coletadas foram restritas aos pesquisadores, seguindo a Constituição Federal artigo 5º inciso X, sobre a privacidade e dados coletados, e qualquer dano será reparado de acordo com as Resoluções CNS 196/96 e 466/12, Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, e Resolução 580/2018 do Conselho Nacional de Saúde/MSD, de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

É importante destacar que esta pesquisa poderia acarretar riscos, mesmo que mínimos, como possíveis desconfortos ao responder às perguntas dos questionários. Diante dessa eventualidade, foi garantido o suporte necessário aos participantes que se sentissem constrangidos durante o estudo. Foram adotadas medidas como adaptação da linguagem, fornecimento de instruções claras e espaçamento nos questionários, para minimizar tais desconfortos. Além disso, ressalta-se que foram observadas e cumpridas as responsabilidades, direitos e deveres estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709 de 2018.

5.2 Instrumentos

Como materiais, foi elaborado um questionário (apêndice), contendo três blocos de questões, que abordaram aspectos relacionados às representações sociais de relacionamentos tóxicos entre jovens, bem como experiências de violência nas relações afetivo-sexuais.

5.3 Procedimentos de coleta

Para a coleta dos dados, foi disponibilizado aos participantes um questionário (Apêndice), dividido em três blocos: a) dados sociodemográficos, com nove questões; b) Teste de Evocação de Palavras (TEP), com quatro questões: 1) Descreva cinco palavras (em ordem de importância) que vem em sua mente quando eu falo a palavra TÓXICO, 2) Quando eu falo “vivendo em um relacionamento tóxico”, no que você pensa? Descreva cinco palavras (em ordem de importância), 3) Quando eu falo “violência nos relacionamentos entre jovens universitários”, no que você pensa? Descreva cinco palavras (em ordem de importância) e 4) Quando eu falo “consequências dos relacionamentos tóxicos entre jovens universitários”, no que você pensa? Descreva cinco

palavras (em ordem de importância).; e c) Questionário semiestruturado, com dez questões relacionadas ao objeto de estudo.

Os participantes foram recrutados por meio de anúncios em redes sociais, e-mails e instituições acadêmicas. Os anúncios explicavam o objetivo da pesquisa, garantindo a privacidade e confidencialidade das respostas. Antes de iniciar o preenchimento do questionário, os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e foram solicitados a consentir voluntariamente em participar.

A coleta de informações foi conduzida através de um formulário online elaborado no Google Forms, com o recrutamento sendo realizado através de várias plataformas, como as citadas anteriormente. Os participantes só poderiam acessar o formulário após expressarem seu consentimento livre e esclarecido. Na primeira página do formulário, foram fornecidas informações detalhadas sobre a pesquisa, garantindo que a participação não seria obrigatória e que as respostas se manteriam anônimas. Também foram destacados os riscos potenciais associados à participação, bem como a ausência de compensação financeira. Além disso, os participantes foram informados sobre os riscos de segurança de dados relacionados à pesquisa online, que seriam mitigados pela transferência dos dados para armazenamento em um dispositivo local e pela exclusão do ambiente virtual após o término da coleta de dados.

Além disso, foi garantido apoio aos participantes para esclarecer qualquer dúvida relacionada à pesquisa, tanto durante quanto após sua participação. Os contatos dos pesquisadores responsáveis foram fornecidos, e a confidencialidade, privacidade e sigilo dos dados foram garantidos. Após receberem informações completas sobre a pesquisa, os participantes teriam a oportunidade de consentir livremente, indicando sua participação esclarecida, e fornecer seus e-mails para receber uma cópia do formulário.

Considerou-se que seriam necessários aproximadamente 15 minutos para preencher todo o questionário individualmente. A coleta de dados foi encerrada ao alcançar o número necessário de participantes ($n=100$). Para Campos e Saidel (2022), uma amostra com esse quantitativo de participantes permite ampla representatividade de interesse intrínseco, que foca na capacidade do participante de fornecer informações relevantes e significativas sobre o tema proposto pelo pesquisador, de refletir sobre diferentes realidades e de comunicar de forma eficiente suas próprias experiências relacionadas ao fenômeno investigado. Nesse sentido, a interpretação ou a releitura de

uma temática pelo participante da amostra torna-se o elemento central que orienta o pesquisador na construção de interpretações válidas sobre o fenômeno, sustentadas por um referencial teórico adequado (Campos e Saidel, 2022).

Corroborando com isso, Wolter e Wachelke (2011) evidenciam que o estudo das representações sociais por meio da abordagem de Abric pode ser realizado também a partir da análise prototípica, um método utilizado em respostas de associação espontânea (livre), isto é, palavras ou expressões breves apresentadas em resposta a um estímulo inicial, que geralmente corresponde a um termo ligado a um objeto de representação social. Para os autores, os grupos com mais participantes obtiveram resultados mais consistentes, já que uma amostra ampla diminuiu a influência de casos fora do padrão e reflete melhor as características da população de onde foi retirada. Isso permite estimativas mais precisas sobre a frequência da população, e por essa razão, é comum usar amostras maiores, com cerca de 100 indivíduos ou mais.

5.4 Aspectos Éticos

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos via Plataforma Brasil, aprovado pelo comitê de Ética do Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco - HU/Univasf (CAAE 78967224.4.0000.0282). A participação na pesquisa foi restrita a adultos voluntários (18 a 25 anos) que concordassem com os termos e consentiram em participar do estudo, conforme descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) adicionado à primeira página do questionário. Este documento contém informações sobre os objetivos do estudo, os contatos dos pesquisadores, bem como a garantia de sigilo e anonimato para os participantes.

No TCLE, foram descritos os objetivos da pesquisa e os aspectos relacionados ao compromisso ético com os participantes do estudo. Todos os participantes foram assegurados de que suas informações serão mantidas confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos. Foi garantido que a divulgação das informações será anônima e sempre agrupada com respostas de outros participantes, de modo que a identificação individual seja impossível. Os participantes terão acesso à pesquisadora responsável pela pesquisa em qualquer etapa do estudo para esclarecimento de dúvidas. Novamente, ressalta-se que este estudo pode apresentar riscos, como desconforto ao responder às

perguntas dos questionários, e será ofertado o suporte necessário aos participantes que possam sentir constrangimento devido à sua participação no estudo.

Sobre os aspectos éticos, este estudo também obedecerá aos critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que discorre sobre pesquisas que envolvem seres humanos a partir da bioética, da beneficência, não maleficência, autonomia e justiça (BRASIL, 2012); e aos critérios da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/MSD, que versa sobre as normas que devem ser aplicadas em pesquisas no campo das ciências humanas e sociais que utilizam dados diretos dos participantes.

5.5 Procedimento de análise dos dados

No que tange a análise dos dados do questionário sociodemográfico, foi utilizado o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences* ou Pacote Estatístico para as Ciências Sociais), que possibilita que os dados coletados sejam convertidos em inúmeros formatos para a elaboração de relatórios, para o cálculo de estatísticas descritivas, visando a realização de análises estatísticas complexas e a construção de gráficos (Santos, 2018).

Para analisar os dados coletados no Teste de Evocação de Palavras (TEP), foi utilizado o programa EVOC 2003 (*Ensemble de Programmes en Permettant L'analyse des Evocations*) (Oliveira, 2005), que demonstra o número de vezes que cada termo foi evocado, e no nível de importância que o participante atribuiu àquele termo, denominado “ordem média de importância” (OMI). Depois disso, foi realizada a análise cruzada entre os critérios quantitativo, que trata da quantidade de vezes que o termo foi evocado, e qualitativo, que diz respeito à importância do termo para os participantes, visando a sistematização dos conteúdos evocados em prováveis áreas do núcleo central e do sistema periférico (Abric, 2000).

O conjunto de programas EVOC tem como objetivo identificar, a partir de uma lista ordenada de evocações livres, os elementos centrais e periféricos da representação, conforme a definição da teoria do núcleo central (Abric, 2001). As frequências das evocações - de cunho quantitativo -, juntamente com as ordens das evocações (qualitativas) são utilizadas para construir uma tabela de contingência composta por quatro quadrantes, resultantes desses cruzamentos (Sant'Anna, 2012). Na tabela 1 (abaixo), apresenta-se uma síntese.

Tabela 1 - Síntese do conteúdo dos quatro quadrantes fornecidos pelo OpenEvoc

Quadro Geral de Casas do <i>OpenEvoc</i>	
<p>Quadrante 1 Apresenta palavras que foram gravadas com maior rapidez (menor ordem média) e que possuem alta frequência (maior quantidade). Isso tende a indicar, em termos de conteúdo, uma estabilidade significativa do pensamento relacionado ao objeto.</p>	<p>Quadrante 2 Demonstra os elementos que foram frequentemente referenciados, mas que, neste quadrante, possuem maior ordem de evocação, embora tenham alta frequência. Essas evocações se sustentam no primeiro quadrante, contribuindo para uma melhor compreensão delas.</p>
<p>Quadrante 3 Contém as evocações de menor frequência e menor ordem de evocação. Geralmente, são evocações significativas para um grupo menor ou específico dentro da amostra, que, com o tempo e se reforçados, podem ser incorporadas ao grupo do primeiro quadrante.</p>	<p>Quadrante 4 Exibe as evocações de maior ordem e menor frequência. Inclui as evocações que são menos lembradas ou lembradas por último, estando menos consolidadas nos pensamentos do sujeito.</p>

Nota: Tabela construída a partir do trabalho de Sant'Anna (2012). Fonte: Adaptada de Sant'Anna (2012).

Acerca da análise dos dados provenientes do questionário on-line, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977), um método de pesquisa qualitativa que se concentra na interpretação sistemática e na análise de conteúdo textual, visual ou multimídia. Esta abordagem é amplamente utilizada em várias disciplinas, incluindo comunicação, Ciências Sociais, Psicologia, Educação e Saúde, para extrair significados e padrões de documentos, transcrições de entrevistas, imagens, vídeos e outros tipos de dados textuais (Bardin, 1977).

A partir das três etapas que constituem essa abordagem metodológica (pré-análise, exploração do material e interpretação), o material coletado foi organizado da seguinte maneira: 1) leitura geral do material coletado, incluindo entrevistas e documentos; 2)

agrupamento para criar categorias de análise, com base no referencial teórico e nas observações da leitura geral; 3) organização do material em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) que fossem comparáveis e tivessem o mesmo conteúdo semântico; 4) definição de categorias que se distinguiam tematicamente nas unidades de registro, transformando dados brutos em dados organizados. Tais categorias seguiram princípios como exclusão mútua (entre categorias), homogeneidade (dentro das categorias), pertinência à mensagem (sem distorção), produção (para gerar inferências) e objetividade (compreensão e clareza); 5) organização das unidades de registro em categorias semelhantes; 6) organização progressiva das categorias, desde as iniciais até as intermediárias e, por fim, as finais; e 7) Inferência e interpretação das categorias com base no referencial teórico (Silva e Fossá, 2015).

Além da análise de conteúdo foram realizadas análises comparativas entre as interseccionalidades de gênero, orientação sexual e experiência anterior de relacionamentos "tóxicos", para entender possíveis diferenças nas Representações Sociais. Para garantir a validade dos resultados, foram utilizadas técnicas de triangulação¹, consultando literatura existente sobre o tema e, quando possível, comparando os resultados com estudos anteriores (Minayo et al., 2005).

¹ Nas ciências humanas e sociais, as técnicas de triangulação utilizam diferentes fontes de informação, métodos ou teorias para verificar e comparar os resultados, proporcionando maior credibilidade ao estudo (Santos et al., 2020).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão discutidos a partir dos objetivos específicos. Inicialmente, serão apresentados os dados gerais do perfil sociodemográfico, e a posteriori, os resultados e a discussão conterão as tabelas com os dados extraídos do programa EVOC e as respostas do questionário semiestruturado.

6.1 Perfil sociodemográfico

Os resultados apresentados na Tabela 1 mostram que, dos 100 participantes ($n=100$), 81% dos respondentes foram mulheres ($n=81$), e 19% foram homens ($n=19$). Com relação ao gênero, 19% foram homens cisgênero ($n=19$), 77% mulheres cisgênero ($n=77$), 3% correspondendo ao gênero não binário ($n=3$) e apenas um participante se identificou como transgênero.

No que tange a faixa etária, os respondentes foram sujeitos de idades entre 18 a 25 anos, correspondendo à definição de juventude. O número total de participantes foi 100, com idade média de 21 anos, desvio padrão $DP=2,12$. Em conformidade com a definição da Política Nacional da Juventude (2011), esse grupo diz respeito aos chamados “jovens-jovens”, uma classificação intermediária entre os adolescentes (15 a 17 anos) e os jovens adultos (25 anos completos a 29 anos). Retomando a divisão dessa política, encontra-se a categorização dessa faixa etária em três grupos distintos: adolescentes-jovens, que incluem aqueles com idades entre 15 e 17 anos; jovens propriamente ditos, abrangendo a faixa de 18 a 24 anos; e jovens-adultos, compostos por pessoas entre 25 e 29 anos.

Com relação à raça/etnia, a maioria dos participantes se autodeclarou parda (46%), seguido de branca (35%) e preta (16%). De acordo com Barbosa e Maia (2023), em 2019 houve uma ampla divulgação na mídia de que, em 2018, pela primeira vez, o número de estudantes pretos ou pardos no ensino superior público brasileiro ultrapassou a metade, alcançando 50,3%. Em instituições privadas de ensino Superior, a porcentagem foi de 46,6%. Embora esses números ainda retratem uma sub-representação em um país onde pretos e pardos representam 55,8% da população, os dados foram motivo de celebração, embora também tenham sido recebidos com uma dose de cautela (Barbosa e Maia, 2023).

Tabela 2: Perfil dos entrevistados de acordo com o sexo, a idade, o gênero e a raça/etnia

Variáveis		F%	(n = 100)
Sexo	Masculino	19,0	n = 19
	Feminino	81,0	n = 81
Gênero	Homem	19,0	n = 19
	Mulher	77,0	n = 77
	Não-binário	3,0	n = 3
	Transgênero	1,0	n = 1
Idade	18	9,0	n = 9
	19	22,0	n = 22
	20	23,0	n = 23
	21	6,0	n = 6
	22	13,0	n = 13
	23	13,0	n = 13
	24	5,0	n = 5
	25	9,0	n = 9
Cor/raça	Branca	35,0	n = 35
	Amarela/oriental	1,0	n = 1
	Parda	46,0	n = 46
	Origem indígena	0,0	n = 0
	Preta	16,0	n = 16
	Não sabe	2,0	n = 2
	Não quer declarar	0,0	n = 0

Fonte: Dados coletados pela autora (2024). F% = frequência percentual; n = número de sujeitos.

Para Barroso, Sousa e Rosendo (2023), um conjunto de políticas públicas fomentou a ampliação do acesso e a maior democratização do ensino superior, como o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Sistema de Seleção Unificado (SiSU), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e as políticas de ação afirmativa, em especial a Lei de Cotas (Lei n. 12.711, 2012).

Esse conjunto de políticas públicas tem possibilitado, desde sua promulgação, o acesso ao Ensino Superior por diferentes atores e grupos sociais. De acordo com dados do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace, 2018), a maior parte dos universitários brasileiros é composta por mulheres, e essa proporção tem aumentado a cada ano. Em 1996, as mulheres representavam 51,4% dos universitários, número que subiu para 54,6% em 2018. Além disso, observa-se um crescimento significativo no número de universitários que se identificam como negros,

amarelos ou indígenas, bem como naqueles com mais de 22 anos, com renda familiar de até dois exercícios mínimos e que conciliam os estudos com atividades laborais.

6.2 Distribuição de Filhos, Coabitantes e Estado Civil

A Tabela 2 corresponde aos resultados concernentes às questões sobre a quantidade de filhos, coabitantes (com quem reside) e ao estado civil. Com relação ao estado civil, 94% declararam estar solteiros, 4% em união estável e 2% casados. Quanto aos filhos, 92 alegaram não ter ainda, e oito informaram já ter filhos. Acerca da coabitação, 74% responderam ainda residir com os pais, e os demais, com diferentes variações, como pode ser constatado a seguir.

Tabela 3: Distribuição de Filhos, Coabitantes e Estado Civil

Estado civil	Solteiro (a)	94,0	n = 94
	Casado (a)	2,0	n = 2
	Divorciado/separado (a)	0,0	n = 0
	União estável	4,0	n = 4
	Viúvo (a)	0,0	n = 0
Filhos	Sim	8,0	n = 8
	Não	92,0	n = 92
Com quem mora	Só	11,0	n = 11
	Marido/esposa/companheiro/namorado(a)		
	Marido/esposa/companheiro/namorado(a)	6,0	n = 6
	(a) e filhos (as)	3,0	n = 3
	Com filho (a/s)	3,0	n = 3
	Com os pais	74,0	n = 74
	Com irmãos	1,0	n = 1
	Com amigos (as)	3,0	n = 3

Fonte: Dados coletados pela autora (2024). F% = frequência percentual; n = número de sujeitos.

Os dados demonstram que o perfil dos respondentes, em sua maioria, é solteiro e sem filhos, residindo com os pais, corroborando com os estudos de Barroso, Sousa e Rosendo (2023) que evidenciaram que o perfil dos estudantes das universidades públicas no Brasil é majoritariamente composto por jovens com até 30 anos, em sua maioria solteiros e frequentemente sem outras ocupações profissionais ou responsabilidades familiares.

6.3 Renda

A Tabela 3 apresenta a fonte de renda atual. Houve pouca variabilidade: 58% afirmaram ter renda acima do salário-mínimo atual (R\$1.412,00) e 42% afirmou receber menos que um salário-mínimo. Para Trópia e Souza (2023), a análise da relação entre estudantes universitários e trabalho/renda pode ser estruturada em duas questões principais: a primeira é a necessidade ou não de trabalhar; e a segunda diz respeito ao caso de haver necessidade, se o estudante for empregado ou não. A primeira vertente distingue os estudantes que podem se dedicar exclusivamente aos estudos daqueles que não têm essa opção, sendo o trabalho uma condição necessária para continuar estudando. Já a segunda diferencia aqueles que conseguem atender, mesmo que de forma parcial e muitas vezes precária, à necessidade de trabalhar, aumentando consideravelmente as dificuldades materiais para avançar nos estudos, em relação àqueles que não conseguem suprir essa necessidade de maneira alguma.

Tabela 4: Renda

Fonte de renda	<1 salário-mínimo (R\$ 1.412,00)	42,0	n = 42,0
	>1 salário-mínimo (R\$ 1.412,00)	58,0	n = 58,0

Fonte: Dados coletados pela autora (2024). *F%* = frequência percentual; *n* = número de sujeitos

Para os mesmos autores, a centralidade atribuída à categoria de trabalho oferece vantagens importantes de serem analisadas, já que as desigualdades de renda refletem relações econômicas estruturantes da sociedade capitalista. Nesse contexto, é possível distinguir três perfis de estudantes: o primeiro é o chamado não trabalhador, que possui as melhores condições para desfrutar plenamente a vida acadêmica, uma vez que dispõe de tempo integral para se dedicar aos estudos estudantis; o segundo é o “estudante ocupado”, que possui desafios em sua dedicação acadêmica, pois precisa conciliar os estudos com a jornada de trabalho, o que restringe sua disponibilidade e foco. Já o terceiro é o “estudante desocupado”, que vive o impacto da busca pelo emprego e da preocupação com seu material de sobrevivência, o que afeta diretamente sua trajetória acadêmica e sua estabilidade (Trópia e Souza, 2023).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2024) apontam que, no primeiro trimestre de 2024, a taxa de participação dos jovens brasileiros de 15 a 29 anos foi de 63,8%, o que representa uma redução de 1,4 ponto percentual em relação ao período pré-pandemia (4º trimestre de 2019). Apesar disso, o índice ainda se manteve superior à taxa geral de participação para pessoas de 14 anos ou mais, que foi de 61,9%. As menores taxas de participação entre os jovens foram observadas nas regiões Norte (55,1%) e Nordeste (54,0%), ambos abaixo dos níveis registrados no final de 2019, quando eram de 55,5% e 55,2%, respectivamente. No Sudeste, a taxa de participação dos jovens também apresentou queda, alcançando 68,4% no 1º trimestre deste ano, em comparação aos 71,2% do 4º trimestre de 2019.

Tais dados corroboram com a percepção de que centenas de jovens brasileiros enfrentam condições socioeconômicas que os impedem de se dedicar exclusivamente aos estudos e/ou regularem que trabalhar sem se qualificar podem prejudicar sua renda no longo prazo. A necessidade de trabalhar, a baixa escolaridade e a falta de experiência têm um impacto direto sobre o tipo e a qualidade dos empregos que esses jovens oferecem, muitas vezes resultando em postos de trabalho precários e com poucas perspectivas de crescimento (PNAD Contínua, 2024).

Após a análise dos dados sociodemográficos, apresentam-se a seguir as tabelas extraídas do EVOC. A inferência e interpretação das categorias com base no referencial teórico será realizada a seguir. Os participantes serão identificados como “participante” e o número que corresponde ao número conforme a ordem de resposta.

A seguir temos a apresentação dos elementos representacionais de relacionamento tóxico para os jovens participantes da amostra, e após, serão apresentados os resultados alusivos aos significados das manifestações de violência em relacionamentos afetivos para os jovens. Em ambas as partes, a discussão entrelaça as tabelas EVOC com as respostas do questionário semiestruturado, com fundamentação teórica.

6.4 Significados de relacionamentos tóxicos entre jovens de 18 a 25 anos

A seguir, apresentam-se os quadros referentes às evocações dos participantes divididas em três tabelas concernentes. Na Tabela 1, constam as evocações sobre o termo indutor “tóxico”.

Tabela 5 – Evocações sobre a palavra “TÓXICO”, n=483

f > 2 e média < 2.95			f >=2 e média < 2.95		
Abuso	45	2,31	Sofrimento	31	3,39
Violência	37	2,92	Manipulação	30	3,2
Ruim	33	2,94	Angústia	29	3,28
Agressividade	30	2,5	Tristeza	17	3,24
Relacionamento	24	2,75	Desrespeito	13	3,38
f < 2 e média < 2,95			f < 2 e média >= 2,95		
Insensibilidade	2	2	Ambiente	2	4
Narcisismo	2	2,5	Autocontrole	2	5
Substância	2	2,5	Autoritarismo	2	4
Trabalho	2	1	Humilhação	2	3,5
traição	2	2,5	Insegurança	2	3,5

Fonte: Dados coletados pela autora (2024).

As evocações “abuso”, “violência”, “ruim”, “agressividade” e “relacionamento”, presentes no primeiro quadrante da Tabela 5 constituem-se nas ideias presentes no núcleo central da representação social de tóxico no âmbito dos relacionamentos afetivo-sexuais entre jovens universitários.

A palavra “abuso” foi a mais associada a “tóxico”, o que evidencia que, para os participantes não haveria diferença entre a utilização dos termos. Isso corrobora com a literatura pesquisada no âmbito do amor patológico e da violência nos relacionamentos, que não diferencia de modo claro o que seria cada aspecto. Apenas o estudo de Tanajura (2020) definiu os relacionamentos abusivos como aqueles que envolvem formas diretas de agressão, e as relações tóxicas tendem a pautar relações desiguais, nas quais a violência psicológica é mais presente, mas não se constatou grandes disparidades nas definições.

As palavras “violência” e “agressividade” também foram termos bastante evocados, e podem ser relacionados entre si, uma vez que a agressividade (física ou verbal) é considerada uma manifestação de violência (Brasil, 2006). A palavra “ruim” pode evidenciar que os participantes atribuíram a toxicidade a possíveis prejuízos nos relacionamentos, o que ficou mais perceptível nas respostas do questionário

semiestruturado. As palavras evocadas no 2º quadrante podem ser reforçadoras das do 1º quadrante, contribuindo para ampliar a compreensão do sentido delas.

No sistema periférico, as palavras do 4º quadrante podem ser consideradas também reforçadoras do 3º, a exemplo dos termos “insensibilidade”, “narcisismo” e “traição” (3º) e das palavras evocadas “autocontrole”, “autoritarismo”, “humilhação” e “insegurança”.

Tais dados apresentados na Tabela 5 corroboraram com o conceito de relacionamento tóxico apresentado pelos participantes da pesquisa nas questões iniciais do questionário semiestruturado: de modo geral, como um relacionamento abusivo, pautado em relações de poder, no qual uma das partes tem domínio sobre a outra. Essa relação pode se manifestar por meio de ciúmes excessivos, manipulação, controle, violências física, sexual e psicológica, gerando brigas e dependência emocional.

Isso está apoiado na literatura sobre a temática, que conceitua relacionamento tóxico como aquele em que a pessoa envolvida se sente infeliz e aprisionada, sem experimentar crescimento pessoal, enquanto o parceiro agressor tende a reclamar constantemente (Ferreira, Oliveira e Moreira, 2021).

Para Madeira (2013), um relacionamento tóxico caracteriza-se pelo desejo de controlar o(a) parceiro(a) apenas por impulso de controle, um comportamento que se desenvolve gradualmente e ultrapassa os limites, gerando dor e sofrimento. Em tais relações, surgem sinais que levam ao acúmulo de frustrações, ansiedade e medo, como críticas exageradas, atribuição constante de culpa ao parceiro e suspeitas frequentes. É essencial identificar esses sinais e buscar apoio psicológico para lidar com as consequências desse tipo de relação.

Algumas das conceituações apresentadas por alguns participantes podem ser verificadas a seguir:

Relacionamento sufocante, cheio de manipulações que fazem se perder de si mesmo, uma sensação constante de culpa mesmo sem cometer erros. A vida começa a ser sobre agradar alguém que não retribui, só por medo de perder aquela pessoa. Desgastante (Participante 8, mulher cisgênero, 22 anos).

Um relacionamento tóxico caracteriza-se por comportamentos prejudiciais, como manipulação, controle, abuso emocional e físico (Participante 21, mulher cisgênero, 21 anos).

Uma relação de poder na qual a pessoa tóxica anula e reduz seu parceiro/a fazendo com que essa perca as suas vontades, suas paixões e ambições devido a um relacionamento em que o amor é confundido com violências, ansiedade, medo, baixa autoestima e superproteção (Participante 24, mulher cisgênero, 19 anos).

A associação da compreensão sobre o conceito de relacionamento tóxico com as diversas manifestações de violência de gênero foi constatada nas respostas de diversos participantes, seja de forma direta (utilizando a palavra “violência”) ou indireta (“brigas”, “desrespeito”, “abuso”, “uso de força”, por exemplo), como pode ser visto nos trechos a seguir:

Um relacionamento com a presença de violências, no qual uma das partes perde a autonomia do pensar e agir, e muitas das vezes é responsabilizado(a) por coisas que não são de fato sua responsabilidade. Quando o indivíduo manipula os fatos para favorecer a verdade que ele(a) quer contar. Tem como características a falta de respeito, desonestade, falha na comunicação (Participante 4, mulher cisgênero, 23 anos).

Um relacionamento em que há qualquer tipo de violência, não só a física, como também a psicológica (Participante 5, mulher cisgênero, 23 anos).

A partir do momento em que o ciúme vira algo abusivo, quando o parceiro(a) não respeita o outro, quando não a confiança, quando o amor vira algo doentio e que machuca (Participante 12, mulher cisgênero, 20 anos).

Um relacionamento violento, sem respeito, muitas brigas, enganando o outro (Participante 27, mulher cisgênero, 20 anos).

Um relacionamento desequilibrado que gera prejuízo para uma ou ambas as partes a partir de ações ou comportamentos que possam ocasionar agressões, sejam elas físicas, verbais ou psicológicas, assim como possessividade, pensamentos e falas agressivas e que busquem diminuir o outro, distorcem a imagem que o indivíduo tem de si, assim como aproveitar dos sentimentos do indivíduo para fazer o que bem entende, principalmente se percebe que há dependência emocional (Participante 28, mulher cisgênero, 23 anos).

Para os participantes, existiria uma tendência maior em mulheres serem as vítimas desse tipo de violência, dadas as relações de poder e dominação que priorizam homens em detrimento das mulheres.

[O relacionamento tóxico] seria um tipo de relacionamento entre homem e mulher em que a mulher sai perdendo por ser mais frágil. Nesse relacionamento o homem geralmente é quem manda, tomando todas as decisões do relacionamento, e a mulher apenas obedece senão pode sofrer agressões (Participante 63, mulher cisgênero, 21 anos).

Esta percepção da realidade está ancorada em constatações da realidade. Segundo o anuário publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), em 2023, 1.238.208 mulheres foram mortas devido à violência de gênero. Foram registradas 8.372 tentativas de homicídio contra mulheres, o que representa um aumento de 9,2% quando comparado a 2022. Dentre esses casos, 33,4% foram tentativas de feminicídio, ou seja, tentativas de assassinato motivadas pelo gênero da vítima. Isso resulta em um crescimento de 7,1% nas tentativas de feminicídio.

Quando as mulheres vivenciam situações de violência, elas se tornam vulneráveis aos impactos negativos na saúde. Esse sofrimento pode resultar em danos físicos, como

hematomas, lesões e fraturas, além de provocar problemas psicossomáticos, como dor abdominal, cefaleia, tonturas e doenças crônicas como hipertensão. Também existe o risco de comprometimento psicológico, manifestado por tristeza, ansiedade e sintomas depressivos. Esses efeitos foram observados em um estudo australiano com dados de 8.850 mulheres de 25 a 30 anos que receberam atendimento em serviços de saúde em diversas regiões do país (Szalacha et al., 2017).

Como a violência física, a violência psicológica também foi evidenciada nas respostas de diferentes formas, especialmente no que tange às possíveis interferências de um parceiro sobre as escolhas e na subjetividade do outro.

Uma relação que existe um controle do corpo e das ações do outro (Participante 9, homem cisgênero, 25 anos).

Quando seu parceiro começa a te prejudicar, seja na vida social, pessoal ou trabalho (Participante 20, mulher cisgênero, 20 anos).

Um relacionamento com violência psicológica ou emocional (Participante 35, mulher cisgênero, 22 anos).

Um relacionamento abusivo em que uma das pessoas sofre pressão psicológica e desenvolve dependência emocional em relação ao agressor (Participante 40, mulher cisgênero, 24 anos).

Estar em um relacionamento tóxico é como perder-se lentamente. No início, tudo parece bem, mas logo surgem o controle e a manipulação. O que deveria ser amor se torna uma prisão emocional, corroendo sua autoestima e deixando marcas profundas (Participante 77, mulher cisgênero, 19 anos).

Relacionamento que envolve abuso físico e mental (Participante 97, homem cisgênero, 22 anos).

De acordo com o Instituto Maria da Penha (2022), a violência psicológica inclui ameaças, constrangimentos, humilhação, manipulação, isolamento (como proibir o estudo, viagens ou contato com amigos e parentes), vigilância e perseguição persistente, insultos, chantagem, exploração, restrição dos direitos de ir e vir, ridicularização, restrição à liberdade de crença, e distorção ou omissão de fatos para fazer com que a mulher duvide de sua memória e sanidade (*gaslighting*).

Safranoff (2017) conduziu uma pesquisa na Argentina que analisou os fatores de risco que aumentam a vulnerabilidade das mulheres à violência psicológica nos relacionamentos. Os principais fatores identificados foram: experiência de violência na infância, baixa escolaridade, desemprego, idade avançada, convívio com filhos no ambiente doméstico, relacionamentos longos e informais, situações em que o agressor tem um nível de escolaridade inferior ao da parceira e/ou consumo excessivo de álcool. Em relação às estratégias de enfrentamento, a autora destaca a importância do

empoderamento feminino, ressaltando que é crucial que as mulheres alcancem independência em relação a seus parceiros.

No campo das Representações Sociais, Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), investigaram as Representações Sociais da violência doméstica em mulheres vítimas de agressões, e identificaram atos como humilhação, desprezo e insultos nessa seara. A pesquisa revelou uma maior prevalência da violência psicológica entre as participantes, que foi apontada como a principal causa de sofrimento psicológico prolongado. Corroborando com essa pesquisa, Ribeiro e Coutinho (2011) investigaram as consequências psicossociais da violência e observaram que as participantes apresentaram comprometimentos nas esferas emocional, física e social, evidenciando uma falta de perspectiva e sentimentos prejudiciais à saúde mental.

Acerca desses sentimentos prejudiciais à saúde mental, na primeira questão também foi evidenciada uma associação do conceito de relacionamento tóxico com a dependência emocional e dificuldades em terminar o relacionamento devido a essa dependência. Silva e Andrade (2017) definem a dependência emocional como a necessidade intensa do indivíduo de demonstrar cuidado e atenção excessiva em relação a outra pessoa com quem mantém uma relação afetiva próxima. Esse vínculo afetivo, marcado pela dependência, não é saudável e se caracteriza pela busca constante de uma figura de apego. A pessoa dependente tende a “descarregar” toda a sua carga emocional nessa figura, com a intenção de preencher um vazio que sente em sua vida. Das 100 respostas sobre a primeira questão, 16 participantes utilizaram o termo “dependência emocional” diretamente. Destacam-se três:

Um relacionamento tóxico é um relacionamento abusivo que tem muitos problemas, mas as pessoas não conseguem terminar, e na maioria das vezes pode ter dependência emocional (Participante 18, mulher cisgênero, 20 anos).

Um relacionamento abusivo em que um dos indivíduos sofre pressão psicológica e que tem uma dependência emocional sofre a pessoa em que comete o ato (Participante 71, homem cisgênero, 20 anos).

Um relacionamento em que, ao você demonstrar sinais de autocuidado, o outro tenta manter você sob controle. Em um relacionamento tóxico, há uma dependência do parceiro, seja física, emocional ou financeira (Participante 96, mulher cisgênero, 25 anos).

Pessoas com dependência emocional apresentam características e comportamentos específicos que, a longo prazo, podem ter efeitos prejudiciais em sua saúde e nas demais áreas de sua vida. Em relacionamentos amorosos, algumas dessas características são notáveis: quando o indivíduo se afasta fisicamente da figura de

apego/parceira(o), pode manifestar sinais semelhantes aos de abstinência, como taquicardia, tensão muscular e problemas de sono. Além disso, muitas pessoas com dependência emocional têm preferências específicas para seus parceiros. Por exemplo, mulheres heterossexuais com dependência emocional frequentemente se sentem atraídas por homens ciumentos e opressores, em vez de homens agradáveis, seguros e bem resolvidos, o que reforça seu padrão de dependência (Santos e Camargo, 2024).

Mota (2018) aponta que pessoas emocionalmente dependentes tendem a apresentarem sinais de falta de autoconhecimento. Quando as relações interpessoais e o ambiente ao redor são compreendidos de forma consciente e realista, o indivíduo tem maiores chances de aprimorar seu comportamento em diferentes situações. A baixa autoestima também desempenha um papel crucial na manutenção da dependência emocional. De acordo com a autora, uma autoestima saudável permite ao indivíduo proporcionar bem-estar tanto para si mesmo quanto para os outros ao criar um ambiente positivo e lidar melhor com conflitos através do autoconhecimento, ao contrário de quem possui autoestima baixa (Mota, 2018).

Para além do conceito e das representações sobre a palavra “tóxico”, entendeu-se que a vivência em relacionamentos desse tipo pode acarretar características e dinâmicas (sinais, indicadores e manifestações da toxicidade nos relacionamentos entre jovens), bem como os atributos que podem estar vinculados à perpetuação desse tipo de relacionamento. A Tabela 6 converge para analisar tais padrões relacionais.

Tabela 6 - Evocações sobre “vivendo em um relacionamento tóxico”, n=479

f ≥ 2,5 e média < 3,1		f ≥ 2 e média ≥ 3,1		
Manipulação	34	2,68	sofrimento	47
Tristeza	34	2,91	violência	31
Abuso	32	2,63	medo	28
Dependência	25	3,08	brigas	25
Impotência	25	3,04	agressividade	21
f = < 2,5 e média < 3		f = < 2 e média >= 2,5		
Opressão	2	3	Crueldade	2
Aceitação	1	2	Raiva	2
Agressividade	1	2	Tristeza	2
Análise	1	3	Vitimismo	2
Cobrança	1	3	Comportamento	1

Fonte: Dados coletados pela autora (2024).

As evocações “manipulação”, “tristeza”, “abuso”, “dependência” e “impotência” indicam as RS mais presentes no sistema central no que tange a percepção sobre a vivência em relacionamentos tóxicos. Constatou-se que, por meio do alto número de evocações de “manipulação”, vivenciar e permanecer em um relacionamento tóxico pode estar condicionado à capacidade do/a figura de “maior poder” dentro do relacionamento de utilizar de artifícios, discursos e outros recursos (incluindo a violência psicológica), para fazer com que a outra pessoa permaneça, independente das circunstâncias.

Apesar de ter sido a quarta palavra evocada no primeiro quadrante, “dependência” pode ser associada à “manipulação” como consequência, uma vez que a dependência emocional é um dos aspectos apontados pela literatura como um reflexo da permanência em relacionamentos violentos (Silva e Andrade, 2017; Santos e Camargo, 2024; Mota, 2018). A palavra “tristeza” também pode ser um sentimento frequente vivenciado por indivíduos que estão nesse tipo de relacionamento, como percebido pela frequência das evocações. A palavra “abuso” foi citada como terceira palavra mais evocada, permitindo inferir uma possível relação já percebida na primeira questão (Tabela 5).

Já o 2º quadrante apresenta as palavras “sofrimento”, “violência”, “medo”, “brigas” e “agressividade”, podendo indicar que a vivência em relacionamentos tóxicos também inclui diferentes manifestações de violência, como brigas e a agressividade. Termos similares foram evocados do mesmo modo nos 3º e 4º quadrantes, ampliando essa percepção.

No âmbito da experiência pessoal, 23% dos participantes relataram nunca ter vivenciado um relacionamento tóxico, frente a 77% que informaram sim, alguns dos quais trouxeram relatos de como foi a experiência de já ter vivido ou ainda estar vivendo em um relacionamento desse tipo.

Já vivenciei. O primeiro relacionamento que tive foi com uma pessoa que constantemente tentava me causar inseguranças, com falas como “você não tá me dando tal coisa, agora vou lá ver fulana.” O segundo foi com uma pessoa que quando se sentia desagradada, verbalizava vários xingamentos e faltava com respeito. E o terceiro, que é o atual, passou por vários períodos tóxicos no início e também após a terceira vez que reatamos, através de mentiras e ciúmes excessivos (Participante 9, homem cisgênero, 25 anos).

Vivi quase quatro anos num relacionamento tóxico. No início era perfeito, fez declarações, me dava presentes, buquês de rosas. Mas com o tempo ele mudou, e eu era julgada e diminuída por não ser mais virgem, xingada sem motivo algum,

deixada de lado, constantemente comparada com outras mulheres, traída. Ele colocava filmes pornográficos para assistir na minha frente e comparar meu corpo com o das atrizes. Fez eu me afastar e brigar com minha família e amigos, e eu tinha medo de ficar sozinha pois sempre ouvia que ninguém me amaria como ele. Quando dormíamos juntos, sempre acordava no meio da noite com toques ou comportamentos sexuais sem meu consentimento, e quando questionava, ele dizia que eu era mulher dele e tinha que servi-lo. Sofri agressões, mas sempre o defendia, e escondia as marcas físicas. Quando demorava muito para falar com ele, recebia inúmeras ligações e mensagens de texto ofensivas. Ele passou até mesmo a me perseguir, quando eu ia para a academia, me mandava fotos do lado de fora dizendo que estava me observando. Eu não conseguia mais fazer nada sem ele. No final, quando tentei terminar o relacionamento, ele me espancou e quase me matou. Fui perseguida mesmo com medida protetiva. Hoje em dia ainda recebo mensagens dele por *fakes* no Instagram (Participante 12, mulher cisgênero, 20 anos).

A falta de interpretação ou a naturalização da violência em relacionamentos tóxicos, especialmente entre os jovens, pode levar a danos mais graves decorrentes de comportamentos que divergem dos padrões esperados em relações íntimas e afetivas. Mesmo com a demonstração de sentimentos, os riscos de violência persistem. O amor pode mascarar os atos violentos cometidos pelo abusador, fazendo com que a vítima mantenha uma ligação ilusória com ele (Sardinha, 2021).

Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) discutem que existem algumas características comuns nas representações sociais das mulheres em relacionamentos abusivos. Para os autores, essas características incluem a minimização do abuso, a atribuição de culpa e responsabilidade à própria vítima, medo e isolamento, esperança de mudança no parceiro, vergonha e estigma, baixa autoestima e o ciclo de abuso. Destacam que o ciclo de violência é perpetuado pela tolerância, autocritica e compreensão inadequada por parte da vítima.

Diante disso, podem ser elencadas consequências das vivências em relacionamentos tóxicos a partir das evocações apresentadas na Tabela 7, para além das características comuns.

Tabela 7 - Evocações sobre “consequências dos relacionamentos tóxicos entre jovens universitários”, n=466

f > 2 e OME < 3			f > 2 e OME ≥ 3	
Ansiedade	52	2,58	Medo	31
Depressão	35	2,34	Desempenho	21
Sofrimento	31	2,42	Violência	19
Traumas	29	2,62	Tristeza	18

Autoestima	23	2,74	Isolamento	12	3,08
f < 2 e média < 2			f ≤ 2 e média >2		
Desconcentração	2	2,5	Agressividade	2	3,5
Afeto	1	1	Cobrança	2	4
Consciência	1	1	Decepção	2	4
Crise	1	2	Desamparo	2	3,5
Desinteresse	1	2	Desconforto	2	3,5

Fonte: Dados coletados pela autora (2024).

As evocações “ansiedade”, “depressão”, “sofrimento”, “traumas” e “autoestima” evidenciam as representações sociais mais recorrentes no núcleo central que se referem à percepção das consequências dos relacionamentos tóxicos entre jovens universitários. Tanto “ansiedade” quanto “depressão”, para Henrique (2021) podem ser desencadeadas a partir da vivência em relacionamentos tóxicos, uma vez que a violência psicológica pode comprometer não apenas o bem-estar e a autoestima, mas, em alguns casos, também provocar o desenvolvimento de transtornos emocionais graves, como ansiedade, síndrome do pânico, distúrbios alimentares, entre outras condições.

O adoecimento psíquico, quando desencadeado pela experiência/vivência em relacionamentos tóxicos, pode trazer outras consequências como percebido pela quantidade da frequência das evocações. “Sofrimento”, “traumas” e “autoestima” foram termos mencionados que possibilitam inferir que o relacionamento tóxico deixa cicatrizes invisíveis e é tão sutil que, muitas vezes a vítima não consegue reconhecê-lo como uma vivência pautada em formas diversas de violência, a qual destrói gradualmente seu bem-estar e autoestima. Esse tipo de relacionamento provoca confusão e um sentimento de incapacidade, tornando a vítima incapaz de tomar decisões que considere corretas ou que possam agradar ao parceiro. Esse tipo de sofrimento e trauma, mesmo sem ser físico, acaba se configurando como um abuso de confiança que a pessoa não tem que acreditar ser amor e um relacionamento saudável (De Queiroz e Cunha, 2018).

Os 2º e 3º quadrantes apresentam palavras que podem indicar a associação das consequências da vivência em relacionamento tóxico em jovens universitários para além do desencadeamento de transtornos mentais comuns, como alterações do “desempenho” (2ª palavra do 2º quadrante) e “desconcentração” e “desinteresse” (3º quadrante). Pinheiro e Teixeira (2021) discutem que entrar na universidade pode ser visto como um

fator de risco que eleva as chances de experimentar violência no namoro, uma vez que essa mudança pode alterar a dinâmica do casal, especialmente se o homem se sentir intimidado pelo avanço acadêmico da mulher. Isso pode desencadear inseguranças que favorecem comportamentos abusivos. Em sua pesquisa, as autoras constataram repercussões no desempenho acadêmico a partir dos relatos das participantes, indicando baixo rendimento em suas atividades diárias, como a frequência ao curso pré-vestibular e à universidade, o que acabou comprometendo suas carreiras e a busca pela independência.

Os principais impactos psicológicos e emocionais relacionados à vivência em relacionamentos tóxicos evidenciados pelos participantes desta pesquisa foram: ansiedade, depressão, transtornos de pânico, medo, baixa autoestima e inseguranças, estresse pós-traumático, bloqueios emocionais, ideações suicidas e tentativas de suicídio. A ansiedade (citada por 51 participantes) e a depressão (citada por 38 participantes) foram os impactos que mais apareceram nas respostas dos participantes.

Sim. Baixa autoestima, instabilidade emocional, medo, ansiedade, traumas. Além do mais, há certas vivências nesse tipo de relacionamento que pode ser normalizados por parte da vítima que pode achar normal certas situações e não ter noção que está em um ambiente nocivo, então consequentemente não vai conseguir sair. Além disso, certos eventos traumáticos podem desenvolver depressão entre outras doenças com origem psicológica (Participante 28, mulher cisgênero, 23 anos).

Sim, estar em um relacionamento tóxico pode levar ao desenvolvimento de vários transtornos psicológicos, como ansiedade, depressão, síndrome do pânico e transtornos alimentares, entre outros. O impacto negativo contínuo sobre a saúde mental e emocional pode resultar em diversos problemas psicológicos que afetam significativamente o bem-estar da pessoa (Participante 36, homem cisgênero, 21 anos).

Sim. Depressão, estresse pós-traumático, ansiedade, pânico, tristeza profunda, masoquismo, perversão, melancolia (Participante 91, homem cisgênero, 23 anos).

Estrela et al (2018), em sua pesquisa sobre a vivência e as repercussões da violência conjugal, evidenciam que as vítimas tendem a permanecer durante anos em relacionamentos tóxicos e violentos, o que potencializa o desencadeamento de transtornos mentais comuns. De acordo com Goldberg e Huxley (1992), o conceito de transtorno mental comum abrange condições como ansiedade, depressão não psicótica e sintomas somatoformes. Além disso, inclui manifestações como fadiga, insônia, dificuldades de concentração, esquecimento, irritabilidade, queixas físicas e sentimentos de baixa autoestima e inutilidade. Esses sintomas são frequentemente observados em mulheres que vivenciam situações de violência por parte de parceiros íntimos.

Nos casos em que, felizmente, não resultam em mortes, muitas vezes permanecem cicatrizes, traumas e o desejo de encerrar a situação ou até mesmo a própria vida, devido à dificuldade de romper o ciclo de violência. Isso ocorre em razão da fragilidade emocional e do desenvolvimento de transtornos mentais, como síndrome do pânico, depressão, ansiedade e outros distúrbios associados, que acabam gerando intenso sofrimento psíquico e comprometendo a saúde mental das vítimas (Pedrosa e Zanello, 2016).

Outra representação bastante evidenciada no que tange a vivência e os impactos do relacionamento tóxico foram o desenvolvimento ou ampliação da baixa autoestima e a insegurança. Alguns participantes mencionaram:

Pode causar bloqueio para relacionar-se novamente, além de causar/reforçar visões autodestrutivas e a autocobrança, o que pode contribuir para o desenvolvimento de transtorno de ansiedade e/ou baixa autoestima (Participante 4, mulher cisgênero, 23 anos).

Com certeza! Você acaba se pondo como um coadjuvante em sua própria vida, sentindo um vazio imenso, uma enorme vontade de ter sentimentos que você foi reprimido de ter durante aquele relacionamento, o que faz você perder a sua identidade e autonomia, tendo medo de tudo e todos (Participante 22, homem cisgênero, 19 anos).

Sim, traumas com relação a futuros relacionamentos, a insegurança que a pessoa vai sentir, vai ser tóxica com o próximo relacionamento porque fica desconfiada de tudo, a falta de confiança em si mesma (Participante 23, mulher cisgênero, 24 anos).

Sim, pois isso pode impedir que a pessoa se relacione novamente e reforçar visões autodestrutivas e autocobrança, o que pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos de ansiedade e baixa autoestima. (Participante 38, mulher cisgênero, 23 anos).

A autoestima é definida como o conjunto de sentimentos e pensamentos que uma pessoa possui sobre si mesma (Paixão et al., 2018). No caso de vítimas de violência, a autoestima tende a ser impactada negativamente, além de funcionar como um moderador que intensifica os sintomas de depressão e ansiedade, e como um mediador entre a violência doméstica e os sintomas depressivos. O medo de ficar sozinha e a necessidade constante de agradar o parceiro contribuem para a diminuição da autoestima e para o aumento da dependência emocional, o que pode reforçar crenças que justificam a violência cometida pelo parceiro íntimo. Essa dependência fortalece a relação de poder desigual entre a pessoa em posição de submissão e a pessoa em posição de controle. Assim, a pessoa dependente tende a apresentar maior autonegação, ou seja, rejeita a realidade e acredita que o relacionamento não apresenta problemas (Paiva, Lima e Cavalcante, 2022).

Acredito, eu acho que as mulheres acabam sofrendo mais, se humilhando até nas redes sociais. Dá a impressão de que elas não sabem muito bem o que estão fazendo, estão fora de si. (Participante 62, mulher cisgênero, 23 anos)

Acerca da percepção dos participantes sobre quais seriam as barreiras ou dificuldades enfrentadas pelos jovens ao tentarem sair de um relacionamento afetivo-sexual considerado tóxico, os aspectos mais citados foram: a dependência emocional (46%), achar que não terá apoio da família e dos amigos (41%), o medo de ficar sozinha (o) (32%), e medo da reação do (a) companheiro (a) (15%).

O medo, a culpa, a dependência emocional e/ou financeira, filhos, falta de apoio, falta de justiça no Brasil para auxiliar casos de abuso e violência (Participante 11, homem cisgênero, 25 anos).

Medo do julgamento dos seus amigos e familiares, por muitas vezes optando ficar em silêncio, e achando que seu abusador é a única pessoa que pode contar por isso não desiste da relação (Participante 16, mulher cisgênero, 23 anos).

A dependência emocional, a baixa autoestima, o medo do que pode acontecer, acaba atrapalhando a percepção dessa pessoa, fazendo ela continuar em um ciclo vicioso, onde ela é a única que sempre será machucada, porém, mesmo se sentindo mal, normaliza aquela situação e se culpa (Participante 25, mulher cisgênero, 19 anos).

Medo, geralmente esse tipo de relacionamento envolve violências e ameaças, seja ameaças a própria vítima ou a família da vítima. Além disso, há a questão da dependência emocional, em que, muitas vezes, o agressor faz a vítima acreditar que ela não vai encontrar outra pessoa que "a ame do jeito que ele ama", entre outros discursos do gênero, geralmente mulheres são mais suscetíveis a esse tipo de relacionamento por acreditarem muito na palavra do parceiro, então acreditam no discurso da mudança e que certas ações não vão voltar a acontecer, portanto, a acabam não conseguindo sair de um relacionamento tóxico. Há indivíduos que mantém relacionamentos por status, tem medo de mostrar fracasso, então permanece, assim como há indivíduos que não quer que a família saiba que está sofrendo violência, então permanece omissa (Participante 31, mulher cisgênero, 22 anos).

Muitas vítimas evitam encerrar um relacionamento por medo de retaliações, seja por parte do (a) parceiro (a) ou da sociedade, além de questões socioeconômicas envolvidas. De acordo com Zanello (2018), o amor para as mulheres constitui-se em uma maneira de construir sua identidade, sendo uma parte essencial de quem são. Quando ocorre a separação, pode haver um sentimento de despersonalização. Nesse sentido, as mulheres acabam estabelecendo um vínculo nocivo, mantendo-o e continuando nele, independentemente das circunstâncias. Para muitas, lidar com o desamor do parceiro é mais suportável do que enfrentar a solidão (Zanello, 2018).

Além disso, a permanência em relações destrutivas vai além de fatores psicológicos e culturais, abrangendo aspectos econômicos, a ausência de uma rede de apoio, falhas no Sistema Judiciário e políticas públicas ineficazes (Monteiro, Magalhães e

Azevedo, 2022). Para Monteiro, Magalhães e Azevedo (2022), as mulheres se colocam em uma “prateleira do amor”, influenciada por questões estéticas, raciais e etárias, bem como pela própria estrutura social que privilegia homens em todos os campos sociais e culturais. Nessa posição, elas esperam ser escolhidas, o que as faz permanecer em relações destrutivas não pelo afeto que sentem, mas pelo medo de ficarem sozinhas, buscando validação por estarem em uma relação. Romper esse vínculo, especialmente em casos de violência, implica em um processo de despersonalização e na rejeição do desejo de ser “escolhida” nessa prateleira.

No que tange a importância da rede de apoio, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Brasil, 2011) foi criada para implementar um conjunto de políticas abrangentes e integradas, que busquem abordar a complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas formas. Para isso, os eixos estruturantes e os objetivos dessa política podem auxiliar não apenas a vítima e o agressor, mas também seus familiares e demais envolvidos.

São os eixos: 1) ações de prevenção – iniciativas educativas e culturais que influenciam os padrões de comportamento sexistas; 2) de assistência – fortalecimento da Rede de Atendimento e capacitação de servidores públicos; 3) combate – medidas punitivas e garantia do cumprimento da Lei Maria da Penha; e 4) garantia de Direitos – aplicação da legislação nacional e internacional, além de iniciativas voltadas ao empoderamento das mulheres (Brasil, 2011).

Essa perspectiva de políticas públicas é discutida aqui no sentido de ampliar a percepção acerca da noção de rede de apoio. Por muito tempo, reverberando na contemporaneidade, a manifestação das violências em relacionamentos afetivo-sexuais foi limitada ao âmbito doméstico, inclusive pela propagação de crenças sociais e culturais acerca de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

Com o avanço das políticas públicas e sociais no contexto do enfrentamento da violência de gênero, entendeu-se que o atendimento às pessoas vítimas de violência exige uma abordagem integrada, que abranja os diferentes aspectos do problema e as diversas ações necessárias para garantir assistência e proteção. Nas capitais brasileiras e na maior parte dos municípios, a depender do porte (quantidade de habitantes), a rede de atendimento à mulher é composta por diversas instituições e programas, como o Centro de Atendimento à Mulher (CEAM), a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), a

Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), a Procuradoria Especial da Mulher, o Grupo Mulheres que Amam Demais (MADA), o Pró-Vítima, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), as Casas de Apoio à Mulher, a Rede Flores, o Programa de Pesquisa Assistência e Vigilância à Violência (PAV) e os Núcleos de Atendimento às Famílias e Autores de Violência Doméstica (NATAVO). Esses órgãos oferecem suporte desde o primeiro atendimento, incluindo serviços como assistência jurídica e abrigamento temporário para as mulheres que necessitam de ajuda (Brasil, 2011).

Quando perguntado aos participantes quais estratégias ou recursos seriam eficazes para prevenir ou lidar com relacionamentos tóxicos, as práticas adotadas mais elencadas foram: a. terapia e acompanhamento psicológico (40% - 40 participantes); b. rede de apoio, exemplificadas pelo apoio familiar e dos amigos (37% - 37 participantes); c. autoconhecimento (27% - 27 participantes); d. identificar os primeiros sinais de toxicidade para terminar o relacionamento (23% - 23 participantes); e. desenvolver a autoestima (11% - 11 participantes); e f. educação sexual (10% - 10 participantes).

No quesito prevenção, acho importante que a pessoa se sinta amada e acolhida pela sua família, que tenha uma boa comunicação e uma relação de confiança com as pessoas do seu seio familiar. Em casos de precisar lidar já com o relacionamento tóxico, acho importante a terapia e uma rede de apoio (Participante 5, mulher cisgênero, 23 anos).

Creio que a melhor forma de prevenir ou lidar seria espalhar informações, divulgar como fazer pra identificar um relacionamento tóxico e sempre ser uma rede de apoio para aqueles que saíram de um não voltarem (Participante 6, mulher cisgênero, 24 anos).

Sinceramente não sei. Diante da minha experiência, o melhor e mais possível a ser feito é observar como o outro se comporta no relacionamento, e no mínimo sinal de comportamentos abusivos, ir embora. Manter a terapia em dia para não deixar esses comportamentos passarem despercebidos, e para evitar ser abusivo também (Participante 9, homem cisgênero, 25 anos).

Bastante informação em mídias sociais, rodas de conversas e debates sobre o assunto, apoio psicológico terapêutico pra entender de onde vem essa dependência, apoio de amigos (entender que existe outras formas de ser amada) (Participante 14, mulher cisgênero, 22 anos).

Um estudo de revisão da literatura realizado por Souza e Silva (2019) analisou artigos publicados entre os anos de 2012 e 2016 sobre as estratégias de enfrentamento utilizadas por mulheres em situação de violência doméstica. Esse trabalho revelou que essas estratégias, em geral, envolvem recursos individuais e a busca por serviços de apoio. Os autores evidenciam que, em parte dos artigos analisados, as mulheres inicialmente tentavam romper o relacionamento abusivo por conta própria e, somente

após esse esforço, buscavam ajuda especializada. Na outra parte, o enfrentamento ocorria por meio do acesso a serviços públicos.

Além do apoio profissional, a busca por suporte social também fazia parte das estratégias individuais adotadas, com o auxílio de amigos, vizinhos, familiares ou instituições religiosas, dependendo do caso (Souza e Silva, 2019). Murta e Prada (2021) apontam que é comum observar que, ao romper um relacionamento abusivo, o término não marca necessariamente o fim da violência. Na verdade, esse momento costuma representar um período de grande risco para a vítima. Desse modo, é essencial investir em pesquisas que enfoquem o período pós-término, desenvolvendo estratégias que auxiliem as vítimas a superarem as situações de violência às quais anteriormente estavam submetidas.

As estratégias citadas pelos (as) participantes deste estudo incluíram ações mais individuais (como fazer terapia, praticar o autoconhecimento e desenvolver amor-próprio, buscar informações, terminar o relacionamento) quanto a busca por apoio profissional e/ou social. Contudo, devido ao número de participantes (100), o estudo não pretende fazer generalizações ou encerrar o debate sobre o tema. Assim, destaca-se a importância de ações que promovam a conscientização pública, como debates em espaços como instituições de saúde, universidades, escolas e espaços religiosos.

6.5 Percepções da violência em relacionamentos afetivos

A violência nos ‘relacionamentos tóxicos’ entre jovens foi discutida a partir das evocações apresentadas na Tabela 8. A seguir, encontram-se as principais evocações:

Tabela 8 - Evocações sobre “violência nos relacionamentos entre jovens universitários”,

n=462

f > 2,5 e média < 2,9			f >= 2,5 e média ≥ 2,9		
Agressividade	28	2,21	ameaças	25	3,16
Violência	26	2,46	manipulação	23	3,22
Abuso	24	2,83	medo	23	3,87
Sofrimento	23	2,57	tristeza	22	2,91
Brigas	21	2,29	possessividade	17	3,18
f < 2,5 e média < 2			f ≤ 2 e média >2		
Apatia	2	1,5	Cobrança	2	3
Bullying	2	1	Desempenho	2	4

Preconceito	2	2	Influência	2	3,5
Hipocrisia	1	1	Isolamento	2	4,5
Pensamento	1	2	Cuidado	1	5

Fonte: Dados coletados pela autora (2024).

As evocações como “agressividade”, “violência”, “abuso”, “sofrimento” e “brigas” indicam que as Representações Sociais estão fortemente vinculadas ao núcleo central quando se trata da percepção da violência em relacionamentos tóxicos. Pode-se fazer uma associação dessas palavras como similares, remetendo à manifestação da violência em diferentes nuances, conforme descrito pela Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), já citada neste trabalho.

As palavras evocadas no 2º quadrante são similares às do primeiro, corroborando, inclusive, com a representação social inicial. Os 3º e 4º quadrantes trazem palavras que podem ter sentidos mais amplos, a exemplo de “bullying” e “preconceito”. Isso pode apontar para possíveis mudanças nas representações sociais. Agressão física e verbal, violência psicológica (insultos e xingamentos), abuso sexual (sexo sem consentimento), chantagens, traições e dependência emocional foram os itens mais citados pelos participantes quando perguntados sobre quais são as formas mais comuns de violência presentes nos relacionamentos afetivo-sexuais entre jovens na sua comunidade.

Uso de palavras para denegrir a imagem (autoestima), do indivíduo, agressões verbais, tentar controlar a vida, chantagens emocionais disfarçadas (Participante 15, mulher cisgênero, 24 anos).

O ciúme descontrolado, o querer controlar a pessoa o tempo todo, saber onde está o tempo inteiro, a manipulação fazendo a pessoa se sentir inferior (Participante 23, mulher cisgênero, 24 anos).

Violência verbal, com insultos e xingamentos; violência psicológica, com manipulação e ciúme exacerbado; violência física, com agressões; violência sexual e violência nos meios digitais, redes sociais, entre outros (Participante 31, mulher cisgênero, 22 anos).

Entre os jovens, a violência em relacionamentos afetivo-sexuais geralmente se manifesta como violência psicológica, com humilhações e críticas; controle e vigilância excessivos; abuso verbal, incluindo insultos e xingamentos; violência física, como empurrões e socos; e coação sexual, com pressão para atividades sexuais e desrespeito ao consentimento (Participante 75, homem cisgênero, 20 anos).

Outro aspecto que foi trazido por alguns participantes foi a manifestação da toxicidade nos relacionamentos entre jovens por meio do controle das redes sociais da/o parceira/a.

A proibição em redes sociais, a falta de privacidade (Participante 11, homem cisgênero, 25 anos).

Controle das redes sociais, pedindo senha e mandando a pessoa deixar de seguir outras pessoas (Participante 33, homem cisgênero, 23 anos).
Violência psicológica e xingamentos, controle das redes sociais (Participante 47, mulher cisgênero, 20 anos).

Com a popularização da Internet, as relações sociais começaram a ser mediadas por tecnologias digitais de comunicação em níveis sem precedentes, favorecendo a formação de vínculos associativos e comunitários, denominados de socialidade digital. Essa modalidade de socialização se caracteriza por um leque de práticas cotidianas e experiências coletivas fundamentadas em diversos valores, mediado por uma rede complexa. Esse fenômeno tende a se expandir amplamente, contribuindo para um processo de ressignificação de laços afetivos, no qual as conexões se formam em torno de interesses comuns, para além das fronteiras territoriais (Lemos, 2015).

Acerca do controle das redes sociais do/a parceiro/a, o monitoramento não consentido feito por meio de aplicativos disponíveis nos sistemas Android e iOS no Brasil se encontra em uma área ainda sem muitas definições. Mesmo considerado um “ato ilegal” de acordo com as normas jurídicas internacionais, a legislação brasileira carece de uma definição clara sobre o assunto, o que permite uma interpretação mais flexível. Assim, essa prática, na maioria das vezes, é classificada apenas como uma conduta que contraria princípios éticos e valores sociais aceitos, mas que não “fere” a legislação de modo mais complexo (Flach e Deslandes, 2019).

Na pesquisa realizada por Flach e Deslandes (2019) que analisou, por meio da busca de aplicativos disponíveis na *Play Store* (sistema Android) e na *App Store* (sistema iOS), tanto pagos quanto gratuitos, serviços de controle, monitoramento e rastreamento de parceiros íntimos, constatou-se que o controle total é visto como uma maneira de garantir a “paz de espírito”, levando à normalização do uso de aplicativos que, sem o consentimento do/a parceiro/a, invadem sua privacidade e retiram sua liberdade. Essas práticas, que permeiam as relações afetivo-sexuais, reiteram formas antigas de violência. A dinâmica de (des)igualdade de poder nesse contexto, associada à busca por controle absoluto sobre o(a) parceiro(a), está ligada a questões de gênero, manifestando-se na dicotomia entre “cuidado” e “controle”.

Todavia, as autoras constataram não haver um caráter explicitamente sexista, pois os relatos incluíam tanto homens quanto mulheres que adotam comportamentos

controladores. Não foram encontrados dados mais recentes sobre quem realmente utiliza esses aplicativos e como eles são utilizados em diferentes contextos relacionais.

As redes sociais também foram apontadas por alguns participantes como um dos principais instrumentos que contribuem para a perpetuação de relacionamentos tóxicos entre os jovens hoje em dia (questão 5).

Internet, especialmente as redes sociais (Participante 32, não-binário, 22 anos).
As redes sociais, como o twitter e o instagram (Participante 53, mulher cisgênero, 20 anos).
As redes sociais e as crenças culturais que tratam atitudes machistas como se fosse normal (Participante 85, homem cisgênero, 20 anos).

Os jovens adultos representam a faixa etária com maior frequência de uso de mídias sociais, variando entre 53,4% e 96% em diferentes países. Além disso, apresentam o maior tempo de utilização, com uma média diária de 3h11min para mulheres e 2h46min para homens (Bianchi, 2023). Um estudo com estudantes de graduação realizado por Purin e Tizzot (2019) demonstrou que 96% dos entrevistados percebem benefícios no uso do Facebook para o desempenho acadêmico. Eles destacaram que a plataforma facilita a criação de grupos, o compartilhamento de informações e a interação entre colegas. No entanto, 57,5% também apontaram desvantagens, como falta de privacidade, distração e dependência da internet, aspectos que podem ser prejudiciais para si. Além disso, o uso de espaços virtuais como esses pode contribuir para a adição à internet, o que está relacionado a maiores níveis de depressão, ansiedade e estresse entre universitários (Çikrikçi, 2019), refletindo nos relacionamentos interpessoais.

No que tange a toxicidade nos relacionamentos entre jovens e sua relação com as redes sociais, os abusos digitais em relacionamentos afetivo-sexuais, conhecidos internacionalmente como “*cyber dating abuse*” (CDA) (Flash e Deslandes, 2021), representam um fenômeno emergente ainda pouco explorado na literatura científica. O CDA pode ser entendido como uma nova manifestação da violência entre parceiros íntimos (VPI), que possui características específicas que a diferenciam tanto da violência presencial nos relacionamentos quanto do *cyberbullying*. É praticada por meio da internet e de tecnologias digitais, cuja ausência de barreiras geográficas e temporais facilita sua ocorrência, sendo motivada pela intenção de causar danos ao parceiro(a). Tal comportamento pode gerar importantes impactos na saúde mental das vítimas (Flash e Deslandes, 2021).

Isso pode estar associado ao controle e monitoramento das redes sociais do/a parceiro/a. Campeiz et al. (2020) apontam que uma estratégia mais atual para lidar com as dinâmicas das redes sociais digitais e eventuais desavenças ou desconfianças é a criação de um perfil compartilhado. Essa estratégia desafia a ideia de que cada pessoa pode ter sua vida privada e seus próprios amigos, especialmente aqueles do sexo oposto ao do/a parceiro/a. Tal prática evidencia uma forma velada de violência emocional, muitas vezes não reconhecida, que se manifesta na aceitação do afastamento de amigos, resultando no surgimento da noção de que existe um “contrato” no relacionamento íntimo, que visa demarcar território e garantir o acesso e o conhecimento sobre a vida do outro, funcionando como um mecanismo de controle para assegurar lealdade e fidelidade.

A resposta que mais foi evidenciada quando perguntado sobre outros fatores que contribuem para a perpetuação desses relacionamentos foi a influência da família, da “ausência de modelos positivos de relacionamentos saudáveis” (Participante 77, mulher, 19 anos).

Os relacionamentos tóxicos dos pais que muitas das vezes influenciam os(as) filhos(as) a normalizarem violências e atitudes tóxicas. Além disso, acredito que a falta da comunicação é um enorme agravante dessa situação, pois quando o sujeito está dentro de uma relação que não é saudável, e não tem uma comunicação clara com os pais ou responsáveis, ele(a) não irá contar o que está acontecendo (Participante 5, mulher cisgênero, 23 anos).

Muitos vivenciam isso quando criança com os seus pais, então quando entram em um relacionamento acabam reproduzindo (Participante 16, mulher cisgênero, 23 anos).

Os relacionamentos tóxicos dos pais frequentemente influenciam os filhos a normalizarem comportamentos violentos e atitudes prejudiciais (Participante 44, mulher cisgênero, 21 anos).

As crenças que são passadas pelos pais que tem que suportar tudo para manter o relacionamento (Participante 47, mulher cisgênero, 20 anos).

A família é um sistema formado por relações que constituem uma rede colaborativa no desenvolvimento do ser humano. As características familiares e a qualidade dessas interações podem ser percebidas como um mecanismo de proteção, reduzindo a probabilidade de problemas emocionais, comportamentais e de saúde. Em contrapartida, algumas dinâmicas familiares, como conflitos excessivos e baixa afetividade, podem aumentar a vulnerabilidade, elevando os riscos à saúde física e mental (Hess e Falcke, 2013).

Corroborando com isso, Freitas et al. (2020) demonstra que o modelo teórico do desenvolvimento familiar orienta a análise das interações entre os membros da família ao longo da vida, utilizando três dimensões como indicadores: 1) a afetividade, que se refere

aos laços emocionais entre os membros; 2) o conflito, que envolve as discordâncias existentes; e 3) a hierarquia, que descreve as relações de poder no núcleo familiar. A interação dessas dimensões gera padrões que indicam se a família é coesa, ou seja, se o sistema consegue equilibrar a individualidade de cada membro enquanto mantém uma unidade.

É nas famílias de origem que se começa a formar a compreensão do amor, por meio das primeiras relações vivenciadas desde o nascimento. A forma como o amor é experimentado pelo indivíduo influenciará significativamente sua personalidade, suas necessidades e seu potencial de desenvolvimento como pessoa (Cardoso e Geronasso, 2018).

Para Colossi e Falcke (2018), as experiências vivenciadas na família de origem podem ser lembradas de maneira positiva ou negativa, influenciando a vida e as escolhas do indivíduo de diferentes modos. Essa influência depende da frequência, qualidade, carga emocional e intensidade das vivências, que podem moldar a dinâmica dos relacionamentos futuros. Quando os filhos percebem o relacionamento dos pais de forma positiva, é provável que suas próprias relações sejam mais saudáveis. Por outro lado, se a percepção for negativa, isso pode prejudicar o desenvolvimento psíquico e relacional dos filhos, resultando em padrões disfuncionais e conflituosos em suas relações na vida adulta, especialmente nos relacionamentos amorosos.

O comportamento repetitivo de uma pessoa pode refletir um padrão que se tem transmitido por gerações na família. Gonçalves e Souza (2021) discutem que, alternativamente, em algum ponto do desenvolvimento de sua personalidade, essa pessoa pode ter recebido a mensagem, geralmente de figuras parentais, de que não merece mais do que aquele tipo de relacionamento ou que essa é a única opção disponível. No entanto, esse processo de repetição ocorre de maneira inconsciente, ou seja, tanto o indivíduo quanto sua família não percebem que essa repetição tem origens tão profundas.

Em um estudo realizado por Bohn et al. (2018), que utilizou como fontes de dados 33 prontuários de atendimentos clínicos de pacientes atendidos em uma clínica escola de psicologia que buscaram atendimento por sofrimento associado ao relacionamento conjugal, demonstrou que, na maioria dos casos analisados, havia insegurança no vínculo conjugal. As autoras evidenciaram que os achados permitem mencionar o domínio da

rejeição e desconexão, que está associado à falha em proporcionar vínculos seguros durante os cuidados primários. Aqueles que não tiveram suas necessidades básicas de cuidado e aceitação atendidas na primeira infância podem acabar se envolvendo com parceiros que repetem esse padrão de insegurança. Nesse contexto, experiências de vínculos instáveis e inseguros na família de origem podem levar o indivíduo a formar relações instáveis e marcadas por incertezas e inseguranças na vida adulta (Bohn et al., 2018).

Exemplos de familiares que já vivenciam e sustentam os relacionamentos (Participante 34, mulher cisgênero, 25 anos).

Falta de base familiar, de controle emocional e manipulação (Participante 96, mulher cisgênero, 25 anos).

Distância de familiares (Participante 98, mulher cisgênero, 19 anos).

A forma de criação, onde a pessoa vê desde a infância o relacionamento tóxico dos pais e internaliza esse tipo de relacionamento como o ideal (Participante 99, mulher cisgênero, 23 anos).

Essa associação entre os relacionamentos dos pais (adultos) e os relacionamentos vivenciados por jovens também foi percebida quando se questionou se existiria, para os participantes, uma diferença significativa entre os relacionamentos tóxicos entre jovens e aqueles entre adultos, e se sim, quais seriam essas diferenças. Dos participantes, a grande maioria, 80%, informaram que haveria diferença ancoradas pelas crenças da influência dos adultos sobre os mais jovens, como demonstrado em alguns registros a seguir:

Sim, existem diferenças significativas entre relacionamentos tóxicos entre jovens e adultos. Jovens costumam ter menos maturidade emocional e habilidades de comunicação, tornando-os mais suscetíveis à dependência emocional e influências externas. Eles podem não reconhecer sinais de toxicidade devido à falta de experiência. Já adultos geralmente têm mais autonomia emocional, uma melhor capacidade de discernir comportamentos tóxicos e enfrentam consequências mais complexas, como estabilidade financeira e social. Essas diferenças influenciam a dinâmica e a forma como cada grupo lida com relacionamentos prejudiciais. Mas, não quer dizer que todos os Jovens são assim, às vezes um jovem consegue ver coisas que um adulto talvez não tenha visto, até por quê nem sempre ter mais experiência quer dizer que você sabe tudo da vida (Participante 16, mulher cisgênero, 23 anos).

Na análise realizada acerca desses registros percebeu-se que os participantes entendem que, ao entrar na fase adulta, espera-se que os relacionamentos tomem outros formatos, como ter mais maturidade para fazer escolhas ou independência financeira que possibilite a saída do relacionamento, caso necessário. Outro aspecto observado foi a crença de que os jovens podem se desvincilar mais rápido de relacionamentos tóxicos do que os adultos, mesmo com algumas afirmações concernentes às “mudanças

hormonais" ou "formação da identidade": algumas respostas afirmavam que os jovens tendem a ser mais impulsivos em suas escolhas, o que justificaria a permanência em relacionamentos tóxicos. Questionando se eles achavam que existiria uma diferença significativa entre os relacionamentos tóxicos entre jovens e aqueles entre adultos, e se sim, quais são essas diferenças, 17% (17 participantes) responderam que não consideram que existe tal diferença, enquanto 83 % (83 participantes) responderam que sim. Alguns responderam:

Sim! Os jovens estão em processo de formação da identidade, é de extrema importância que vivenciem relacionamentos saudáveis e que possam identificar quando as relações não agregam na sua vida. Eles(as) lidam muitas vezes com a pressão para viver um relacionamento e para seguir tal padrão na escola que o insira em um grupo. Já se tratando de adultos, é mais provável que existam pessoas ao redor que avisem a alguma das partes o quão problemático está a relação, porém existem vários percalços que contribuem para a continuidade daquela relação, como questões financeiras, filhos, divisão de bens etc. (Participante 9, homem cisgênero, 25 anos).

Acho que os jovens podem conseguir perceber e se desvirtuar daquele relacionamento mais rápido. Os mais velhos, muitas vezes não conseguem sair dos relacionamentos, por dependência emocional e/ou financeira (Participante 10, mulher cisgênero, 20 anos).

Não diria "significativa", mas há diferenças. Os jovens ainda estão em fase de desenvolvimento, os adultos, em contrapartida já têm uma vivência a mais. Certo que ambos estão suscetíveis a ter um relacionamento tóxico, e cada indivíduo é único, mas acredito que o adulto tem um "escape" a mais para sair de situações como essas (Participante 18, mulher cisgênero, 20 anos).

Atualmente, com a maior liberdade conquistada, muitos jovens têm iniciado a vida sexual cada vez mais cedo e, em vários casos, podem estar mais desenvolvidos que seus pais em certos aspectos. O prolongamento da adolescência entre os jovens pode ser um fator que explica a dificuldade em manterem uma relação conjugal, pois, conforme os desafios e conflitos característicos da adolescência continuam presentes na vida dos jovens casais, eles acabam não desenvolvendo a maturidade indispensável para a convivência em casal e para manter uma relação conjugal duradoura (Féres-Carneiro, 2003).

No que tange a questão da dicotomia entre dependência e independência financeira e a permanência no relacionamento afetivo, propõe-se uma reflexão por meio da violência patrimonial. Também reconhecida por organismos internacionais como uma forma de violência de gênero, esse tipo de violência é mencionado no Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996, que promulgou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará em 9 de junho de 1994.

Conforme Dias (2008), a violência patrimonial é um meio utilizado pelo agressor para manter a mulher em uma condição de submissão e dependência, ao controlar ou destruir seus bens, recursos financeiros ou patrimônio, dificultando sua autonomia e liberdade. A violência patrimonial pode se manifestar por meio de diversos comportamentos abusivos, como: restrição do acesso da mulher a recursos financeiros, limitando sua capacidade de gerir seu próprio dinheiro; exercer um controle excessivo e vigilância sobre seus gastos; impedir que a mulher trabalhe ou estude, minando sua independência financeira; esconder ou retirar documentos importantes, como identidade, passaportes, cartões de crédito ou documentos de propriedade; danificar ou destruir deliberadamente bens pessoais da mulher; forçá-la a assinar documentos ou contratos contra sua vontade; e negar seu direito de acesso a bens compartilhados, como casa, carro ou outros patrimônios (Spinassi, Spinassi e Baranowski, 2024).

Ao exercer controle financeiro e apresentar isso como algo historicamente comum, o agressor tenta convencer a mulher de que sua submissão é legítima e natural, baseando-se na ideia de que o homem, como provedor, deve ser o responsável pelas decisões sobre o dinheiro. Na violência patrimonial, o homem busca controlar os bens da mulher tanto simbolicamente quanto na prática, como forma de afirmar e consolidar sua autoridade. Ele procura estabelecer uma hierarquia nas relações familiares, mantendo a mulher em uma posição inferior, garantindo sua obediência passiva por meio de diferentes formas de violência, como física, moral, patrimonial e psicológica (Andrade e Barranquera, 2024).

Para Almeida (2007), a violência patrimonial se revela uma forma eficaz de dominação, pois impede a mulher de exercer sua autodeterminação na sociedade. O controle financeiro a afasta de relações sociais, profissionais e religiosas, resultando em um isolamento crescente e em uma dependência emocional e financeira em relação ao companheiro.

Percebeu-se, então, que pode haver uma associação entre dependência emocional, financeira e a manutenção do relacionamento afetivo-sexual tóxico. Conforme Barros et al. (2024), as relações de poder e dominação constituem os relacionamentos abusivos, especialmente pela estrutura social e cultural que reforça padrões machistas e patriarcais. Tal estrutura social fomenta uma complexa rede que naturaliza violências, dificultando seu reconhecimento, alimentando no imaginário feminino a esperança de que o companheiro

vai mudar e levando à auto responsabilização pelos episódios de abuso. Dessa forma, a gravidade da situação é minimizada, tornando mais difícil romper com o ciclo (Barros et al., 2024).

Pensando a relação entre os impactos da vivência em relacionamentos tóxicos e a influência das redes sociais e das mídias, 98% participantes informaram acreditar que a mídia e as redes sociais podem contribuir para a normalização de relacionamentos tóxicos entre jovens.

Sim! A mídia prega que é importante estar numa relação e tem centenas de relacionamentos tóxicos que são normalizados e romantizados por serem de pessoas públicas (Participante 5, mulher cisgênero, 23 anos).

Sim. Por meio de modelos distorcidos de relacionamentos mostrados em redes sociais, novelas, filmes e séries, através da romantização de comportamentos possessivos e abusivos (Participante 8, mulher cisgênero, 22 anos).

Sim. O ciúme exagerado é romantizado em 'darks romances', o que faz com que as pessoas acreditem que isso é uma forma de amor elevado (deturpação do real sentido de um ato maléfico) (Participante 16, mulher cisgênero, 23 anos).

Com certeza, as pessoas acabam perpassando informações tóxicas que acabam sendo consideradas como normais, como: gritos, brigas constantes, querer criar o papel de "chefe" da família. Logo, por meio de vídeos e posts, essa ideia de aturar e normalizar esse processo ganha força (Participante 22, homem cisgênero, 19 anos).

Sim, músicas e influenciadores digitais que normalizam ciúmes excessivo e sentimentos de posse sobre o outro, mesmo que de forma aparentemente brincalhona, acabam promovendo e legitimando esse tipo de comportamento (Participante 42, mulher cisgênero, 20 anos).

Percebeu-se que os participantes não mencionaram apenas as redes sociais como mecanismos que podem contribuir com a propagação de crenças e valores naturalizantes acerca da violência em relacionamentos entre jovens, mas também músicas, filmes e novelas. Como alguns aspectos de relacionamentos abusivos são vistos como "normais" na sociedade brasileira, muitas vezes as vítimas não conseguem identificar o que realmente está acontecendo, e só se dão conta da violência quando os abusos deixam de ser apenas psicológicos e se tornam também físicos (Oliveira et al, 2017).

A romantização dessas relações é algo frequente e consiste em transformar uma situação de violência e desequilíbrio em uma história de amor idealizada, o que acaba por "embelezar" o abuso, tornando-o mais aceitável e atraente. Ao discutir esse fenômeno, busca-se evidenciar a conexão entre uma cultura que sexualiza, justifica, tolera e exalta comportamentos abusivos e a violência na vida cotidiana. Essa mensagem está presente constantemente no dia a dia das pessoas, veiculada por meio de músicas, literatura, filmes, programas de TV e outros canais, sendo, muitas vezes, interpretada de maneira inadequada e sem a devida reflexão crítica (Roper, 2017).

Portanto, a vivência em relacionamentos tóxicos pode acarretar uma série de consequências negativas para os jovens, impactando sua saúde mental, emocional e até física. Para o rompimento desse tipo de relação, evidencia-se a importância do fortalecimento de uma rede de apoio adequada, tanto familiar quanto comunitária, bem como no campo das políticas públicas, para além da auto responsabilização.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar as representações sociais de relacionamentos tóxicos entre jovens, com foco nas manifestações de violência nas relações afetivo-sexuais na juventude contemporânea. Como objetivos específicos, foram estabelecidos: 1) identificar os elementos representacionais associados aos relacionamentos tóxicos entre jovens de 18 a 25 anos; e 2) investigar como os jovens percebem e interpretam manifestações de violência — tanto física quanto psicológica — em relacionamentos afetivos, buscando compreender os fatores que levam à normalização desses comportamentos.

A partir dos objetivos específicos delimitados e da metodologia utilizada, os resultados encontrados evidenciam que jovens universitários podem ter diferentes representações sobre o que é um relacionamento tóxico, mas que em geral, essas representações também podem estar associadas à cultura contemporânea e aos papéis de gênero atuais.

Constatou-se também que os jovens que participaram da pesquisa têm representações sobre como a vivência em relacionamentos tóxicos pode ter implicações para a saúde mental, para a autoestima, e, consequentemente, para o desempenho acadêmico. Ao mesmo tempo em que se percebeu que as respostas indicavam a importância da rede de apoio profissional e familiar para lidar com esse tipo de relacionamento, ainda se associa à ideia de que é responsabilidade individual sair ou terminar o relacionamento.

Nesta dissertação, buscou-se analisar as representações sociais de relacionamentos tóxicos entre jovens, destacando como essas dinâmicas são percebidas e vivenciadas por essa faixa etária. Através do levantamento dos dados, juntamente com a revisão da literatura, ficou evidente que os jovens não apenas reconhecem os sinais de relacionamentos prejudiciais, mas também internalizam essas experiências de maneiras que influenciam sua autoestima, suas relações interpessoais e sua saúde mental.

Os dados coletados revelaram que, embora muitos jovens tenham consciência dos aspectos negativos que caracterizam um relacionamento tóxico, ainda há uma dificuldade em romper com esses padrões, muitas vezes devido a pressões sociais, idealizações românticas e a falta de apoio emocional. Além disso, as redes sociais desempenham um

papel ambíguo, tanto como um espaço de validação quanto como um ambiente que pode perpetuar comportamentos tóxicos.

Acredito que a pesquisa trouxe contribuições aos participantes, pois a reflexão gerada ao responder os questionários pode ter estimulado a discussão e o aprofundamento de opiniões e representações que, talvez, estivessem ocultas ou adormecidas, mas cuja expressão é importante. Pelas perguntas feitas por alguns participantes durante o preenchimento dos questionários, foi possível perceber que eles não estão habituados a esse tipo de reflexão, mesmo que estejam em sua maioria em cursos da área de saúde e de ciências humanas.

Este trabalho contribuiu bastante para minha formação acadêmica e profissional, pois me levou a estudar, de modo mais aprofundado, teorias contemporâneas, como a Teoria das Representações Sociais (TRS) e a Teoria do Núcleo Central (TNC). Além dessas teorias, aprendi a utilizar o software *EVOC*, que foi fundamental para o tratamento e análise dos dados coletados por meio do questionário de evocação livre. Essa experiência como pesquisadora, pelo novo aprendizado que proporcionou, foi essencial tanto para minha prática docente quanto para a reflexão sobre diversos aspectos específicos acerca da elaboração de representações sociais.

O principal limitador deste estudo foi a escassez de artigos que fizessem uma diferenciação clara sobre relacionamentos tóxicos e abusivos, e que abordassem a violência nos relacionamentos entre jovens universitários de modo social, para além das questões individuais, uma vez que a cultura contemporânea pode ser um aspecto potencial para manutenção desse tipo de relação. Também houve uma limitação com relação às implicações das redes sociais e das violências que podem surgir nesses contextos no âmbito dos relacionamentos afetivos entre jovens, uma vez que o uso da Internet cada vez mais tem se potencializado na contemporaneidade.

Esse estudo pode auxiliar práticas preventivas no campo da saúde, da educação e da comunicação social/internet, uma vez que os resultados encontrados evidenciam os impactos emocionais e psicológicos da violência em relacionamentos tóxicos e podem sensibilizar jovens sobre os riscos da violência em relações afetivo-sexuais e estimular o autocuidado emocional e relacional.

É necessário concluir, mesmo sabendo que ainda há muito a ser explorado sobre a representação social dos relacionamentos tóxicos entre jovens universitários, e que esta

dissertação representa apenas uma das possíveis contribuições para essa temática. As conclusões aqui apresentadas não têm a pretensão de serem abrangentes ou definitivas, especialmente considerando os resultados encontrados. Os resultados desta pesquisa estão restritos ao seu próprio contexto, à singularidade das participantes e suas representações, ao momento em que foi conduzida e à proposta metodológica empregada.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p. 27-37.
- ACCORSSI, A.; LINO NETTO, L.; CLASE, J.R. Discurso de ódio acerca do Jovem: “Chama a Bm1 e desce o sarrafo nesse bando de playboy desocupado”. **Temáticas**, Campinas, 27, (54): 73-94, ago./dez. 2019.
- ALEXANDRE, V.; SANTOS, M. A. DOS. Conjugalidade Cis-Trans: Reinventando Laços, Desestabilizando Certezas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. e224044, 2021.
- ALMEIDA, S.S. de. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, S.S. de (Org). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 23-39.
- ANDRADE, T.A.; MORAES, P.M.; MARTINS, C.V. Violência no Namoro entre Adolescentes: Transmissão Intergeracional e Gênero. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 15, jan./dez. 2023.
- ARAÚJO, B. G. P. DE .; ROSAS, N.. Conjugalidades e afetividades evangélicas on-line: o aplicativo Amor em Cristo e o efeito religioso sobre as relações de gênero. **Religião & Sociedade**, v. 44, n. 2, p. e440205, 2024.
- AUGUSTA, I.F. et al. Autoestima e sexualidade entre os graduandos de enfermagem. *Braz. J. Hea. Rev*, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 19019-19037, nov./dez. 2020.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARBOSA, M. C. C.; MAIA, L. Desigualdade racial na educação superior: percepções de estudantes universitários. **Psicologia Revista**, [S. I.], v. 32, n. 2, p. 395–417, 2024. DOI: 10.23925/2594-3871.2023v32i2p395-417. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/57401>. Acesso em: 13 set. 2024.
- BARROSO, S. M.; SOUSA, A. A. S. E .; ROSENDO, L. DOS S.. Impacto da Solidão na Qualidade de Vida de Universitários de Minas Gerais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e243909, 2023.
- BARROS, G.T.S. et al. Dependência Emocional na Sociedade Machista e suas Influências na Violência Doméstica. **Ciências da Saúde, Psicologia**, Volume 28 – Edição 133/ABR 2024.
- BAUMAN, Z. Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.
- BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. O caos totalmente normal do amor. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 2017.

BOHN, M. et al. Sofrimento Associado ao Relacionamento Conjugal: Olhar da Teoria do Esquema. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 14, n. 2, 2018.

BRANDÃO, Z. A dialética macro/micro na sociologia da educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º 11.340, de 7 de agosto de 2006.

_____. Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres**. Brasília, SPM, 2011. Mulheres – Deams (Edição Atualizada – 2010). Brasília, 2010.

_____. Lei nº 5.869. Institui o Código de Processo Civil Brasileiro. Brasília, DF. Publicado em Diário Oficial da União em 17/01/1973.

_____. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentando a Violência contra a Mulher. Brasília, 2005.

BRUM, R. R. et al.. Qualidade Conjugal em Contexto de Privação de Liberdade: Percepção das Mulheres. **Psico-USF**, v. 29, p. e271117, 2024.

CABRAL, C.S. Juventudes, sexualidade e saúde: reflexões teóricas e metodológicas a partir de uma pesquisa multissituada sobre trajetórias afetivo-sexuais juvenis. **Saúde Soc.** São Paulo, v.33, n.1, e240041pt, 2024.

CARDOSO, E.; GERONASSO, M.C.H. Influências na Escolha do Cônjuge: Um Estudo Exploratório em Universitários de Uma Cidade do Planalto Norte Catarinense. **Revista Psicologia em Foco**, v. 10 n. 15, 2018.

CARVALHAES, R.S; CÁRDENAS, C.M.M. “Namorar é só sofrência”: violências na relação afetivo-sexual de adolescentes de uma escola na região Costa Verde, Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 26, n. 07 pp. 2719-2728

CARVALHO, J. E. C. de. As Representações Sociais e o Conhecimento do Cotidiano: uma crítica metodológica a partir da Filosofia da Linguagem. **Revista NEUROCIÊNCIAS**, v.13, n.3 - jul/set, 2005.

CAMPOS, C.J.G.; SAIDEL, M.G.B. Amostragem em investigações qualitativas: conceitos e aplicações ao campo da saúde. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.10, n.25, p. 404-424, set./dez. 2022.

CAMPOS, L. L.; MELO, A. K.. Noção de família(s) no campo da saúde brasileira: ensaio teórico-reflexivo. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. e20210197, 2022.

CASTRO JÚNIOR A.R. et al.. Concept analysis on youth: understanding the plurality of subjects. **Rev Bras Enferm.** 2024;77(4):e20240002.

CAMPEIZ, A. B. et al.. Digital social networks: exposure to violence in intimacy among adolescents in the light of complexity. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 29, p. e20190040, 2020.

CHAVEIRO, E.F.; SILVA, D.S.; MARTINS, F.S. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA JUVENTUDE: o contraponto do mundo. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**. V 7, N. 1, jan-dez. 2021.

CHAVES JARDIM, M.; CAETANO DE SOUZA, T. Sociologia do Amor: a construção do amor como tema de estudo nas Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. I.], v. 12, p. e-rbs.957, 2024. DOI: 10.20336/rbs.957.

ÇIKRIKÇI, Ö. An exploration of the associations among positivity, general distress and internet addiction: The mediating effect of general distress. **Psychiatry Research**, 272, 628–637. 2019. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2018.12.147>

CLARK, M. S.; MILLS, J. Interpersonal attraction in exchange and communal relationships. **Journal of Personality and Social Psychology**, 37, 1979, 12-24.

COELHO, E.B.S.; SILVA, A.C.L.G; LINDNER, S.R. **Violência**: definições e tipologias [recurso eletrônico]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

COLOSSI, P.M.; FALCKE, D. Violência conjugal e família de origem: perfil discriminante de parceiros que cometem e não cometem infidelidade. **Psico, Escola de Ciências da Saúde**, v. 49, n. 4, Porto Alegre, 2018.

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude et al (Org.) **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

COSTA, S. F. da et al. Vulnerabilidades sociais e iniciação sexual entre 10 e 14 anos em estudantes do município do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 27, n. 7

CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. P.; POLOPONSKY, K.. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 501–520, set. 2020.

CRUZ, S.T.M.; ROSA, E.M.; COUTINHO, S.M.S. Representações sociais sobre jovens e juventude para jovens universitários. **Psicologia e Saber Social**, 5(2), 169-186, 2016.

DataSenado. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Secretaria de Transparência. Senado Federal. 2019. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2019/12/DataSenado_2019_Relatorio_-

Viol%C3%A3ncia_Dom%C3%A9stica_e_Familiar_Contra_a_Mulher_v13_Com_Tabelas.pdf

DE QUEIROZ, R.A.; CUNHA, T.A.R. A Violência psicológica sofrida pelas mulheres: invisibilidade e memória. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v.10, n. 20, ago. 2018. Disponível em: Acesso em: 07 nov. 2024.

DE VASCONCELOS, S.S.C. et al. Explorando os impactos psicológicos das redes sociais em adolescentes. **Revista Contemporânea** , [S. I.] , v. 11, pág. 22426–22447, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N11-124.

DOISE, W. Relations et représentations intergroupes. In: MOSCOVICI, S. (Ed.). **Introduction à la psychologie sociale**. Paris: Larousse, 1973. v. 2. p. 194-213.

DOISE, W. **Direitos do homem e força das ideias**. Lisboa: Horizonte, 2002.

DWYER, T. et al. **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília : Ipea; Pequim : SSAP, 2016.

ESTRELA, F.M.; GOMES, N.P.; LÍRIO, J.G. dos S.; SILVA, A.F. da; MOTA, R.S.; PEREIRA, A. et al. Expressões e repercussões da violência conjugal: processos de mulheres numa vara judicial. **Rev enferm UFPE on line** [Internet]. 2018 [acesso em 27 set 2024]; 12(9):2418-27. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i9a231013p2418-2427-2018>

EVANGELISTA, L.B.; MACHADO, L.B. Superação e desigualdade: representações sociais construídas por professores para o aluno de escola pública de Ensino Médio. **Periódico Horizontes**. USF. Itatiba, SP – Brasil, e023111. 2024.

FÉRES-CARNEIRO, T.; DINIZ NETO, O.. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 20, n. 46, p. 269–278, maio 2010.

FERNANDES, R.G. S.A. et al. 50 Tons De Cinza E Relacionamento Abusivo: um olhar do cárcere. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. esp. Melhores trabalhos CBB, 2019.

FERREIRA, G. C.; OLIVEIRA, M. L. S. de; MOREIRA, T. V. E. Características de Mulheres no Relacionamento Abusivo. 2021.

FLACH, R. M. D.; DESLANDES, S. F.. Regras/rupturas do “contrato” amoroso entre adolescentes: o papel do abuso digital. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5033–5044, out. 2021.

FLACH, R. M. D.; DESLANDES, S. F.. Abuso digital ou prova de amor? O uso de aplicativos de controle/monitoramento nos relacionamentos afetivo-sexuais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 1, p. e00060118, 2019.

FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, 24(2), 2012, 307-314.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

FRANCO, M.L.P.B.; MUNHOZ, M.S.; ANDRADE, M.L.P. Representações sociais de jovens sobre família. **Educação & Linguagem**, v. 15, n. 25, 40-57, jan.-jun. 2012.

, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDBERG, D.; HUXLEY, P. **Common mental disorders**: a bio-social model. London: Tavistock; 1992.

GOMES, I.R.R.; FERNANDES, S. C. S. A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo , v. 38, n. 94, p. 55-66, jan. 2018 .

GONÇALVES, H.S. et al. Problemas da Juventude e seus enfrentamentos: um estudo de Representações Sociais. **Psicologia & Sociedade**; 20 (2): 217-225, 2008.

GONÇALVES, V.F.; SOUZA, N.B. de. A influência da família nas escolhas amorosas. **UNIATENAS Revista Científica Online** ISSN 1980-6957 v13, n1, 2021.

GROOPPO, L. A. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. **Desidades**, Rio de Janeiro , v. 14, p. 9-17, mar. 2017 .

HELENA NAJJAR ABDO, C. .; JUNQUEIRA FLEURY, H. A influência das mídias sociais nos relacionamentos sexuais dos jovens. **Diagnóstico e Tratamento**, [S. I.], v. 29, n. 2, p. 51–54, 2024.

HENRIQUE, A.L. C. **Violência psicológica e suas consequências na vida da mulher**. ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 17, n. 17, 2021. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/9103/67650784>. Acessado em: 02/05/2024.

HESS, A.R.B.; FALCKE,D.. Sintomas internalizantes na adolescência e as relações familiares: uma revisão sistemática da literatura. **Psico-USF**, v. 18, n. 2, p. 263–276, maio, 2013.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral, 2º trimestre/2020 - 1º trimestre/2024. Elaboração: IJSN, Coordenação de Estatística.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Site institucional. Fortaleza: IMP, 2022. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/>. Acesso em: 10 set. 2024.

IPEA. *Atlas da violência 2023 / coordenadores: Daniel Cerqueira; Samira Bueno – Brasília: Ipea; FBSP, 2023.* 115 p.

JODELET, D. **Representações sociais e mundos de vida.** Tradutora: Lilian Ulup. – Paris : Éditions des archives contemporaines; São Paulo : Fundação Carlos Chagas; Curitiba : PUCPRess, 1990.

LACERDA, L.; COSTA, N. Relação entre comportamentos emocionais ciumentos e violência contra a mulher. **Rev. bras. ter. comport. cogn.** [Internet]. Dez./2013,15(3): 21-36.

LEBOURG, E. H.; COUTRIM, R. M. DA E.; SILVA, L. C. DA .. Juventude e transição para o ensino médio: desafios e projetos de futuro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 260, p. 82–98, jan. 2021.

LEMOS, A. **Cibercultura:** tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 7^a Ed. Porto Alegre: Editora Sulina; 2015.

LÍRIO, J. G. DOS S. et al.. Elements which precipitate conjugal violence: the discourse of men in criminal prosecution. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 53, p. e03428, 2019.

LOZANO ANDRADE, A.; ROZENDO BARRANQUERA, A. C. A violência patrimonial como reflexo da dominação da mulher. **Boletim IBCCRIM**, [S. I.], v. 32, n. 378, p. 25–27, 2024.

DOI: 10.5281/zenodo.10957403. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/1068. Acesso em: 23 set. 2024.

MACHADO, L. B.; ANICETO, R. DE A.. Núcleo central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 67, p. 345–363, abr. 2010.

MADEIRA, C. **A Maldade na Violência Psicológica e os seus Reflexos na Saúde.** Site Revista Progredir, [s.l.], 2013.

MAGALHÃES, B. M.; ZANELLO, V.; FERREIRA, I. F. R. Afetos e Emocionalidades em Mulheres que Sofreram Violência por Parceiro Íntimo. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 3, p. ePTPCP15159, 2023.

MARCHESI, V. B. DOS S.; ROSA, P. O.; RESENDE, P. E. DA R.. Conjugalidade e racionalidade neoliberal na Igreja Universal: A conversão do homo oeconomicus em família-empresa e a submissão da mulher . **Religião & Sociedade**, v. 41, n. 1, p. 101–124, jan. 2021.

MARTINS-SILVA, P. DE O.; TRINDADE, Z. A.; SILVA JUNIOR, A. DA .. Teorias sobre o amor no campo da Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 1, p. 16–31, 2013.

MAYRING, Ph. Einführung in die qualitative Sozialforschung [Introdução à pesquisa social qualitativa]. Weinheim, DE: Beltz, 2002.

MENEZES, V. M. O. DE .; SANTOS, R. S. DOS .. Juventude, educação e trabalho no Brasil (2012-2022). **Tempo Social**, v. 35, n. 3, p. 137–160, set. 2023.

MESQUITA, V; SPADONI, L.M.; CAMPOS; P.H.F. Sistema de Representações Sociais sobre o futuro de jovens. **Revista de Educação Pública**, v. 31, p. 1-22, jan./dez. 2022.

MIGUEL, R.B.P. et al. Mídia e psicologia: uma revisão de literatura. **Psicol. estud.**, v. 28, e54181, 2023.

MINAYO, M. C. S; SOUZA, E. R. S.; CONSTANTINO, P.; SANTOS, N. C. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In. MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz, 2005.

MONTEIRO, S.C.; MAGALHÃES, R.S.R.; AZEVEDO, R.L.W. de . A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da Terapia dos Esquemas. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, e113111637417, 2022.

MOSCOVICI, S. **Representação social**: investigação em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTA, G. A. **Dependência afetiva**: Quando amar é uma patologia – Levantamento, intervenção e prevenção. In 18º Congresso Nacional de Iniciação Científica. Santos, SP: Semesp. 2018.

MUNIZ, L. S. P.; LIMA JUNIOR, J. **Relacionamento amoroso abusivo**: no contexto e a ótica da mulher enquanto vítima. Trabalho de Conclusão de Curso. Juazeiro do Norte – CE. 2021.

MURTA, S. G.; PARADA, P. de O. Término de relacionamentos íntimos violentos: uma revisão de literatura. **Psicologia USP**, 32, e200046. 2021.

OLIVEIRA, D. C. et al. T. V. Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. (Org.), **Perspectivas teóricometodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Editora Universitária, 2005. p. 573- 603.

OLIVEIRA, F.M.A.; ÁVILA, F.J.P.; BASTOS, N.M.C.; VASCONCELOS, V.L. **Romantização Do Relacionamento Abusivo, Uma Violência Silenciosa: A Ineficácia Da Lei Maria Da Penha**. ANAIS do IX Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade Luciano Feijão. Sobral-CE, novembro de 2016.

OLIVEIRA, L. V. de et al. A Teoria das Representações Sociais e a aprendizagem da leitura e escrita. **Revista Educere Et Educare**, Vol. 17, N. 41, jan. / abr. 2022.

OLIVEIRA, S.E.; LEÃO, G. In: **Debates sobre Juventudes**./ Victor Hugo Nedel Oliveira (org.). – Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2023.

OLIVEIRA, Y. P. DE . et al.. Consequências da violência de gênero na saúde de universitárias: um estudo de caso sobre relacionamentos íntimos abusivos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 34, p. e34087, 2024.

OPAS/OMS. **Saúde mental dos adolescentes**. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes> acesso em: fev 2024.

PAIXÃO, R. F.; PATIAS, N. D.; DELL'AGLIO, D. D.. Self-esteem and Symptoms of Mental Disorder in the Adolescence: Associated Variables. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 34, p. e34436, 2018.

PAIVA, V.. Introduzindo o dossiê “Juventudes e sexualidades na era digital: desafios metodológicos e inspiração para renovar a pesquisa e a promoção da saúde sexual e reprodutiva”. **Saúde e Sociedade**, v. 33, n. 1, p. e240276pt, 2024.

PEDROSA, M.; ZANELLO, V. (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental1 1 Apoio: CNPq. **Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]**. 2016, v. 32, n. spe [acessado 27 set 2024], e32ne214. Epub 27 Mar 2017. ISSN 1806- 3446. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne214>.

PINHEIRO, I.S.; TEIXEIRA, S.V.B. Violência no namoro: repercussões à saúde física, mental e no desempenho acadêmico de mulheres jovens universitárias. **Revista Research, Society and Development**. 2021.

PORRECA, W. Relação conjugal: Desafios e possibilidades do “nós”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, n. spe, p. e35nspe7, 2019.

PURIN, K.; TIZZOT, E. Protagonismo dos estudantes de medicina no uso do Facebook na graduação. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 43(1), 187-196. 2019. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20180139>

RAITZ, T. R.; PETTERS, L. C. F.. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 408–416, set. 2008.

RESENDE, J. W. R.; ESPÍNDULA, D. H. P. Juventude em Foco: Representações Sociais da Juventude na Folha de S.Paulo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. e190523, 2020.

RIBEIRO VIEIRA, M. Juventude: uma análise contemporânea. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti, [S. I.]**, v. 1, n. 01, 2023. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/585>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RIBEIRO, C. G.; COUTINHO, M. da P. de L. Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa – PB. **Revista Psicologia e Saúde**, 3(1), 2011, 52-59.

RODRIGUES, T. D. F. F.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, J. A. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista PRISMA**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

ROPER, C. Tradução de Bruna de Lara. **"Cinquenta Tons Mais Escuros" não é empoderador, é abuso**. Portal Não Me Kahlo (originalmente publicado em Huffington Post – Austrália), 2017. Disponível em: <http://www.naomekahlo.com/singlepost/2017/02/13/Cinquenta-tons-mais-escuros-nao-e-empoderador-e-abuso>. Acesso em: 27 set 2024.

ROSA, G. A. M. E . et al.. Percepção de Jovens Brasileiros sobre as Repercussões das Redes Sociais na Subjetividade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 37, p. e37349, 2021

SÁ, C. P. de. Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. **Temas em Psicologia**, nº 3, 1996.

SACHETTI, S.Y. A. A autoestima e os relacionamentos amorosos: um estudo sobre casais do recôncavo baiano. **Revista Formadores: vivências e Estudos**. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.1, p. 6 - 19, março 2023.

SAFRANOFF, A. Violencia psicológica hacía la mujer: cuáles son los factores que aumentan el riesgo de que exista esta forma de maltrato en la pareja? **Salud colectiva**, 13(4), 2017, 611-632.

SANT'ANA, H. C. **openEvoc**: Um programa de apoio à pesquisa em Representações Sociais. In: ENCONTRO REGIONAL DA ABRAPSO, 7., 2012, Vitória. Anais de Trabalhos Completos. Vitória: GM, 2012, p. 94-100. Disponível em: . Acesso em: 01 nov. 2024.

SANTOS, A. **IBM SPSS como Ferramenta de Pesquisa Quantitativa**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. 2018.

SANTOS, E.Q. Crimes Passionais ou Feminicídio? Conceitos e a Relação entre os Relacionamentos Tóxicos e o Ciúme Patológico. **Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics** 8(4):272-292, 2019.

SANTOS, K. DA S. et al.. O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, p. 655–664, fev. 2020.

SANTOS, T. DE O.; CAMARGO, M. R. Dependência emocional em relacionamentos conjugais: possíveis fatores e consequências. **Psicologia USP**, v. 35, p. e220002, 2024.

SCHLOSSER, A. Interface entre Saúde Mental e Relacionamento Amoroso: Um olhar a partir da Psicologia Positiva. **Pensando Famílias**. Santa Catarina, p 17- 33, 2014.

SCHROEDER, T. M. R.; ABREU, C. B. DE M.. Jovens e violência: um estudo sobre comentários de notícias no Facebook. **Cadernos CEDES**, v. 40, n. 110, p. 97–108, jan. 2020.

SCORSOLINI, C.F.; SANTOS, M. A. Sustentabilidade dos afetos: Notas sobre a conjugalidade como dimensão de análise da família na contemporaneidade. **Psychologica**, 53, 2010, 259-274.

SENKEVICS, A. S.; CARVALHO, M. P. D.. Juventude e acesso ao ensino superior: sobre o não lugar de vestibulando. **Educação em Revista**, v. 39, p. e41621, 2023.

SILVA JUNIOR, G. J. da; BARRETO, D. A. B. Representações Sociais na atualidade digital e contingente. **Debates em Educação**, Maceió, Vol.15, Nº. 37, 2023.

SILVA NETO, J.A.; STREY, M.N.; MAGALHÃES, A.S. Sobre as motivações para a conjugalidade. In: WAGNER, Adriana. **Desafios psicosociais da família contemporânea**. [Artmed]: Grupo A, 2011.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise De Conteúdo: Exemplo De Aplicação Da Técnica Para Análise De Dados Qualitativos. **Qualit@ Revista Eletrônica** ISSN 1677 4280 Vol.17. No 1. 2015.

SILVA, R. S. DA.; SILVA, V. R. DA. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, p. 663–678, set. 2011.

SILVEIRA, A.P.A. **Os jovens e os aplicativos de relacionamento virtual**: Uma nova forma de se relacionar ou o reconfigurar de antigas práticas? Dissertação de Mestrado. Universidade da Beira Interior. 2023.

SIMOR, C.C.G. et al. Protocolo para elaboração do diagnóstico sistêmico conjugal. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 7285-7305, mar./apr., 2023.

SOUSA, M. G. M. et al. Fatores associados ao policonsumo de álcool, tabaco e drogas ilícitas: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 29, n. 5.

SOUSA, Y.S.O.; CHAVES, A.M.; "Representações Sociais", p. 277 -306. In: **Psicologia Social**: Temas e Teorias. São Paulo: Blucher, 2023.

SOUZA, D.C.; SILVA, I. R. da. **Relacionamentos Abusivos**: significados atribuídos por jovens acadêmicos da Universidade Federal do Amazonas – Manaus (AM): Editora UEA, 2022.

SOUZA, L.; LORDELLO, S. R. M.. Sexting and Gender Violence Among Young People: An Integrative Literature Review.. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, p. e3644, 2020.

SOUZA, L.L.; MEZZARI, D.C.S. Experiências amorosas, gêneros e sexualidades na juventude contemporânea. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis.v.52, 2018.

SOUZA, L. P. Violência e não violência: imagens e representações de jovens do ensino médio. **Cadernos CEDES**, v. 40, n. 110, p. 37–57, jan. 2020.

SOUZA, M. B.; SILVA, M. F. S da. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão de literatura brasileira. **Pensando Famílias**, 23(1), 153-166. 2019.

SOUZA, N.A.C.; COSTA, K.F. **Fatores que levam as mulheres a permanecerem em relacionamentos abusivos**: entendendo subjetividades subjugadas. 2020.

SOUZA, P.S. de. **A relação entre mídias sociais e a construção da autoimagem corporal em mulheres**. 2022.

SPINASSI, M. J.; SPINASSI, L. L.; BARANOSKI, M. C. R. Violência patrimonial contra a mulher no ambiente intrafamiliar. **Brazilian Applied Science Review**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 22-41, 2024. DOI: 10.34115/basrv8n1-002. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BASR/article/view/66976>. Acesso em: 23 set. 2024.

SZALACHA, L.A.; HUGHES, T.L.; MCNAIR, R.; LOXTON D. Mental health, sexual identity, and interpersonal violence: findings from the Australian longitudinal Women's health study. **BMC Womens Health** [Internet]. 2017

TAKEITI, B. A. et al.. O estado da arte sobre as juventudes, as vulnerabilidades e as violências: o que as pesquisas informam?. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 3, p. e181118, 2020.

TANAJURA, S. **Relacionamentos abusivos ou tóxicos**: existe diferença? Disponível em <https://nogueirense.com.br/relacionamento-abusivo-ou-toxico-existe-diferenca/>

TEIXEIRA, A. M. F. Religião, vida universitária e juventude. **Religião & Sociedade**, v. 43, n. 1, p. 235–259, jan. 2023.

TOMAZ PAIVA, Tamires; DA SILVA LIMA, Kaline; GOMES CAVALCANTI, Jaqueline. Abuso psicológico, autoestima e dependência emocional de mulheres durante a pandemia de COVID-19. **Cienc. Psicol.**, Montevideo , v. 16, n. 2, e2257, dic. 2022.

TOMMASI, L. D.; CORROCHANO, M. C.. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 353–372, maio 2020.

TRÓPIA, P. V.; SOUZA, D. C. C. DE .. As portas permanecem semiabertas: estudantes trabalhadores nas universidades federais . **Pro-Posições**, v. 34, p. e20210033, 2023.

VERÍSSIMO, A. V. R. et al.. Prevalence and factors associated with dating violence among public school adolescents. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 43, p. e20210170, 2022.

VIEIRA, Y. P. et al.. Excessive use of social media by high school students in southern Brazil. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 40, p. e2020420, 2022.

WACHELKE, J.; WOLTER, R.. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 521–526, dez. 2011.

WALSTER, E.; WALSTER, G. W. **A new look at love** Reading, MA: Addison-Wesley. 1978.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. O título da pesquisa é “**Representações Sociais de relacionamentos “tóxicos” entre jovens**”. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as representações sociais de relacionamentos tóxicos entre jovens, com foco nas manifestações de violência nas relações afetivo-sexuais na juventude contemporânea.

A pesquisadora responsável por essa pesquisa é Railma Valéria Dantas Pereira, mestrandona em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, sendo orientada pelo Professor Dr. Daniel Henrique Pereira Espíndula.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a.

As informações serão obtidas de forma individual, com duração estimada de 15 minutos. Os questionários da pesquisa serão identificados apenas por um código, sendo mantidas sob sigilo todas as suas informações. Ressalta-se também que as informações coletadas serão utilizadas somente conforme os objetivos propostos na pesquisa. A aplicação será realizada *online* e com autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos. O conteúdo e os resultados do presente estudo serão divulgados em meio científico apenas de forma agrupada impossibilitando a sua identificação pessoal.

Sua participação não é obrigatória e apresenta risco quanto ao possível constrangimento frente à situação de responder às perguntas dos questionários, caso ocorra este tipo de situação, além dos riscos característicos de disponibilizar dados *online*, a pesquisadora estará preparada para oferecer o suporte necessário ao participante e fará o *download* de todos os dados ao final do período de coleta. Havendo algum dano decorrente da pesquisa, o participante terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19). Esta pesquisa não trará nenhum benefício financeiro ou privilégios particulares por você estar participando. Os benefícios esperados evidenciam que pesquisa pode aumentar a conscientização sobre a natureza e as consequências dos relacionamentos tóxicos e da violência afetivo-sexual entre os jovens, contribuindo para melhorar a compreensão dos padrões prejudiciais de comportamento e ajudar a prevenir futuros casos de abusos. Os resultados da pesquisa também podem ser utilizados para melhorar a capacitação de profissionais de saúde e assistência social na identificação e no manejo de casos de violência nas relações afetivo-sexuais entre jovens, resultando em uma resposta mais sensível e eficaz às necessidades desses jovens.

Ao fornecer questionários para que os jovens expressem suas experiências e perspectivas, a pesquisa pode ajudar a dar voz aos jovens que foram afetados por relacionamentos tóxicos, contribuindo para o fortalecimento para buscar apoio e recursos, além de encorajá-los a se envolverem em atividades de defesa e advocacia. Ressalta-se que este é um projeto cuja metodologia utilizada é de Ciências Humanas e Sociais, estando em conformidade com à Resolução CNS nº 510 de 2016. Assim, você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar dessa pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará nenhuma penalidade. Além disso, será proporcionado durante toda a execução da pesquisa assistência imediata, bem como a pesquisadora responsabiliza-se pela assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa que por ventura ocorrerem. Além disso, assume-se o compromisso de divulgar os resultados desta pesquisa em formato acessível em periódicos de livre acesso.

Caso você desista de participar da pesquisa, você poderá solicitar a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a exclusão dos dados coletados. Para isso, por favor envie e-mail para railmadantas@hotmail.com solicitando a exclusão dos seus dados coletados. Você não receberá pagamentos por ser participante. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. A pesquisadora poderá contar para você os resultados da pesquisa quando ela terminar, se você quiser saber.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível para leitura no site: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato com a pesquisadora através do(s) telefone(s) (74) 08102-3670, pelo e-mail railmadantas@hotmail.com.

Este estudo foi analisado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco, situado na R. André Vidal de Negreiros Centro, S/N, Centro, Petrolina/PE, CEP: 56304-917. (87) 2101 6567, e E-mail: cep.univasf@ebserh.gov.br e Horário presencial de atendimento ao público: de segunda a quinta-feira, das 13h às 17h.

Se aceitar fazer parte como participante, você deve salvar e/ou imprimir este documento para o caso de precisar destas informações no futuro.

Consentimento do participante

Ao assinalar a opção “Concordo”, a seguir, você declara que entendeu como é a pesquisa, que tirou as dúvidas com o/a pesquisador/a e aceita participar, sabendo que pode desistir em qualquer momento, durante e depois de participar. Você autoriza a divulgação dos dados obtidos neste estudo mantendo em sigilo sua identidade. Pedimos que salve em meus arquivos este documento, e informamos que enviaremos uma via desse Registro de Consentimento para o meu e-mail.

Concordo

Não concordo

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

1. Como você define um relacionamento tóxico?
2. Você se encontra (no momento) ou já vivenciou um relacionamento tóxico? Como foi?
3. Para você, quais são os principais sinais ou indicadores de um relacionamento afetivo-sexual tóxico?
4. Para você, quais são as formas mais comuns de violência presentes nos relacionamentos afetivo-sexuais entre jovens na sua comunidade?
5. Quais fatores você acredita que contribuem para a perpetuação de relacionamentos tóxicos entre os jovens hoje em dia?
6. Você acha que existe uma diferença significativa entre os relacionamentos tóxicos entre jovens e aqueles entre adultos? Se sim, quais são essas diferenças?
7. Você acredita que a vivência em relacionamentos tóxicos pode causar impactos psicológicos e emocionais nos envolvidos? Se sim, quais seriam?
8. Para você, a mídia e as redes sociais podem contribuir para a normalização de relacionamentos tóxicos entre jovens? Por quê?
9. Na sua percepção, quais são as barreiras ou dificuldades enfrentadas pelos jovens ao tentarem sair de um relacionamento afetivo-sexual considerado tóxico?
10. Quais estratégias ou recursos você acha que são eficazes para prevenir ou lidar com relacionamentos tóxicos?